DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8142 • SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Base aérea de Canoas agora oferece voos comerciais no RS

Geral Pág.06

No ParkShopping em Canoas, o som animado das conversas entre visitantes e lojistas ecoava de forma peculiar na segunda-feira, 27. O barulho das malas deslizando pelo chão especialmente projetado para caminhadas se misturava ao bulício diário do local, tornando-se evidente ao chegar na entrada B do centro comercial. O que antes era simplesmente a porta de acesso às lojas e restaurantes, tornou-se temporariamente uma sala de embarque, de maneira improvisada. Com as enchentes devastando o Rio Grande do Sul há quase um mês, os habitantes locais têm tentado encontrar alguma normalidade no meio do caos. Um dos mais recentes esforços nesse sentido foi a abertura, na segunda-feira, da base aérea de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, para voos comerciais.

(Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)



Estrutura foi montada porque aeroporto de Porto Alegre está fechado.

Turismo Pág.11

Saiba como aproveitar ao máximo sua viagem de Cruzeiro com 6 dicas imperdíveis

Mercados Pág.13

Demanda por suplementos nutricionais impulsiona crescimento do mercado mundial

Economia Pág.04

Relatório do FMI prevê alta do PIB brasileiro de 2,1% neste ano

O relatório anual do FMI sobre a economia brasileira, conhecido como Artigo 4, prevê que o PIB do Brasil deve crescer 2,1% neste ano - ou 0,1 ponto porcentual a menos do que o estimado pelo órgão no mês passado, que, em contrapartida, ampliou a estimativa de alta do indicador de 0,3 ponto porcentual em 2025, para 2,4%. Segundo o Fundo, "nos últimos dois anos, a economia brasileira demonstrou notável resiliência, com a inflação recuando para o intervalo da meta.

Política Pág.03

Avança na Câmara cadastro de condenados por violência contra mulher

O PL 1099/2024, que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher, ganhou regime de urgência em votação no plenário da Câmara, aprovado em votação simbólica e sem manifestações contrárias. Com a urgência aprovada, o texto pode ser levado à votação no plenário em qualquer momento, sem precisar passar pelas comissões permanentes da Casa.

Esportes Pág.07

Brasil mostra garra e vira o jogo contra o Japão na Liga das Nações de vôlei feminino

Internacional Pág.05

Foguete da Coreia do Norte que transportava segundo satélite espião explode em pleno ar

Política Pág.03

Vice-líder da oposição assume comando da Comissão de Agricultura na Câmara

(Foto: Câmara dos Deputados)



Em 2023, o parlamentar capixaba teve discussões públicas com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e trabalhou para convocar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, para constrangê-lo.

O deputado federal Evair Vieira de Melo (PP-ES), vice-líder da oposição e um dos principais representantes do agronegócio na Casa, foi eleito ontem, 28, o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, ocupando o lugar do deputado Vicentinho Júnior (TO), que assumiu a função de Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas no Estado de Tocantins.

ENEM 2024

Valor da taxa de inscrição
R$ 85

ONDE FAZER?
Os candidatos devem entrar na Página do Participante
enem.inep.gov.br/participante

CALENDÁRIO

- Inscrições: **27/5 a 7/6**
- Pagamento da taxa de inscrição: **27/5 a 12/6**
- Pedido de tratamento pelo nome social: **27/5 a 7/6**
- Solicitação de atendimento especializado: **27/5 a 7/6**
- Aplicação: **3 e 10/11**
- Gabarito: **20/11**
- Resultados: **13/1/2025**

TIRA-DÚVIDAS

> Quais as formas de pagamento?
Boleto, PIX ou cartão de crédito

> Até Quando a taxa de inscrição deve ser quitada?
A taxa deverá ser quitada até 12 de junho

> Quem está isento da taxa precisa se inscrever no Enem?
SIM! Caso contrário, não poderá fazer a prova

> Quando as provas serão aplicadas?
Em 3 e 10de novembro

FONTE Inep | ® INFOGRAFFO

Política Pág.03

Delação de empresário envolve Romário em esquema de desvio de dinheiro

Denúncia feita pelo empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva, em delação premiada, envolve o senador Romário (PL-RJ) num suposto esquema de desvio de dinheiro de projetos de esportes da prefeitura do Rio. Segundo o ex-jogador, as acusações são "completamente infundadas e sem provas". Romário e o vereador do Rio Marcos Braz (PL), atual vice-presidente de futebol do Flamengo, estão sendo investigados pela PF e pelo MPF por suspeitas de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Conforme notícia do portal Uol, o STF teria autorizado no início deste mês a abertura de um inquérito para investigar o caso. Conforme a delação de Marcos Vinícius, Marcos Braz teria sido o responsável pelo recolhimento de valores desviados no esquema de corrupção para "favorecimento ilícito de Romário".

Economia Pág.04

Gasolina puxa alta do IPCA-15 de 0,44% em maio

O preço da gasolina, que subiu 1,9% no período, foi o maior responsável pela alta de 0,44% do IPCA-15 em maio, contribuindo com 0,09 ponto percentual para o índice divulgado ontem, 28, pelo IBGE. O resultado quebra a sequência de 2 meses de queda do IPCA-15 e é o maior desde fevereiro, quando chegou a 0,78%.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

INTERNACIONAL



Tufão deixa pelo menos sete mortos e milhares de desabrigados nas Filipinas
https://shre.ink/8U7I

Contexto Jurídico Pág.10

STJ reconhece eficácia do pagamento direto do FGTS, mas União poderá cobrar outras dívidas

Política Pág.03

BB inicia liberação de R$ 2 bi de crédito para agricultores do RS

Economia Pág.04

Após 4 altas seguidas, confiança do comércio recua 0,2% em maio

Esportes Pág.07

Festa de despedida do Palmeiras comove Endrick e torcida

Internacional Pág.05

Bélgica anuncia US$ 1 bilhão em ajuda militar e doação de 30 caças F-16 para a Ucrânia

Esportes Pág.07

Thiago Braz, o campeão manchado: suspenso por doping e fora de Paris-2024

Leis e Projetos Pág.02

A revolução digital: plataformas são obrigadas a remunerar mídia tradicional

Internacional Pág.05

Bombardeios de Israel matam 16 em Rafah e palestinos relatam combates na cidade

Economia Pág.04

Governo estuda aumentar preço do cigarro para compensar desoneração

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,38%
IGP-M (FGV) - mês	0,31%
IPC (FIPE) - mês	0,33%
TR pré	0,0947%
Taxa básica financeira - TBF	0,8054%
Ibovespa (pontos)	123.779
Poupança (mês)	0,53%
CDB pré 30 dias - ano	10,07%
CDB pré 90 dias - ano	10,04%
CDI acumulado - mês	0,75%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,1540/R$ 5,1530
Dolar turismo	R$ 5,1700/R$ 5,3500
Euro turismo	R$ 5,5970/R$ 5,5970

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Previdência aprova projeto que cria política de proteção a crianças e adolescentes

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5224/23, que institui a Política Nacional de Proteção Institucional à Criança e ao Adolescente. Essa política, proposta pela deputada Priscila Costa (CE), tem como objetivos:

1. Garantia de Direitos Fundamentais:

• Promoção dos direitos fundamentais, como vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer, convivência familiar e comunitária.

2. Prevenção e Enfrentamento da Violência:

• Prevenção e combate a todas as formas de violência, exploração, negligência e abuso contra crianças e adolescentes.

3. Fortalecimento das Instituições e Serviços:

• Reforço das instituições e serviços responsáveis pela proteção desses cidadãos.

4. Diretrizes e Ações para Efetivação dos Direitos:

• Estabelecimento de diretrizes e ações voltadas para a promoção e efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

O projeto também prevê a criação de um protocolo de comportamento ou código de conduta, bem como mecanismos de escuta e participação ativa de crianças e adolescentes nas ações relacionadas à sua proteção.

Para a relatora, deputada Chris Tonietto (PL-RJ), essa proposta serve como um guia para assegurar uma vida digna às crianças e adolescentes. “Iniciativas como essa são essenciais para buscar uma sociedade mais justa e equilibrada”, afirmou.

Priscila Costa ressaltou que é imperativo que o Estado cumpra seu dever de garantir os direitos fundamentais da infância e adolescência, promovendo políticas públicas efetivas para concretizá-los.

Os próximos passos incluem a análise, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova emenda do Senado que dá prioridade a projeto cultural afro, indígena e cigano

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados aprovou emenda do Senado a projeto de lei da Câmara dos Deputados determinando que os recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) sejam distribuídos de forma equilibrada entre as manifestações culturais, com prioridade para as vinculadas às comunidades indígenas, afro-brasileiras, quilombolas e ciganas.

Criado pela Lei Rouanet, o FNC capta recursos para projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura. A emenda foi apresentada ao Projeto de Lei 2098/19 (anteriormente PL 4333/16), da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), que foi aprovado em 2019 na Câmara, e enviado ao Senado. O relator, deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ), deu parecer favorável à emenda.

“Ela reconhece a contribuição e o valor das manifestações culturais quilombolas e ciganas, minorias cujos direitos culturais, infelizmente, ainda não estão devidamente salvaguardados em nossa sociedade”, disse Vieira.

Próximos passos - A emenda será analisada agora nas comissões de Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.

Deputados aprovam projeto que cria política de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que visa facilitar a inclusão e a permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, garantindo igualdade de oportunidades com os demais cidadãos. Essa iniciativa é fundamental para promover a inclusão social e econômica desses indivíduos.

De acordo com a proposta, será criada a Política Nacional de Trabalho com Apoio para Pessoas com Deficiência. Essa política consistirá em um conjunto de serviços, incluindo mediação, assessoria, orientação, formação, treinamento e acompanhamento personalizado, tanto dentro quanto fora do local de trabalho. Profissionais especializados serão responsáveis por executar essas ações, visando apoiar as pessoas com deficiência em sua jornada profissional.

O Poder Executivo será responsável por implementar, monitorar e avaliar essa política nacional. Dessa forma, busca-se garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades de trabalho dignas e possam contribuir de forma plena para a sociedade.

O texto aprovado foi um substitutivo apresentado pela relatora, deputada Erika Kokay (PT-DF), ao Projeto de Lei 3445/21, originalmente proposto pelo deputado licenciado (SP) e atual ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Além disso, o substitutivo incorporou elementos de outros dois projetos relacionados (PLs 2945/23 e 5079/23).

Erika Kokay destacou que o substitutivo não apenas oferece serviços de mediação, formação e acompanhamento personalizado, mas também promove a adequação dos ambientes de trabalho e sensibiliza os empregadores sobre a importância da inclusão. A remoção de barreiras físicas, sociais e culturais é essencial para criar um mercado de trabalho mais acessível e inclusivo.

As leis existentes também foram alteradas para acomodar essa política. A Lei de Benefícios da Previdência Social foi modificada para estabelecer que as cotas para pessoas com deficiência em empresas com mais de cem empregados devem ser preenchidas por meio de trabalho com apoio. Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência já previa a intermediação de trabalho com apoio na colocação competitiva dessas pessoas, e o substitutivo reforça essa abordagem, citando explicitamente a política pública instituída com essa finalidade.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNDAÇÃO VANZOLINI TIRAGEM AUDITADA ANATEC

Comissão aprova projeto que obriga plataformas digitais a remunerar mídia tradicional

“A Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que estabelece a obrigatoriedade de remuneração para plataformas digitais que utilizam conteúdo noticioso de veículos de mídia tradicional. Essa medida visa beneficiar jornais, revistas, rádios e televisões legalmente estabelecidos.

De acordo com o projeto, as plataformas digitais com mais de dois milhões de usuários no país, como a Meta (dona do Instagram e do Facebook) e o Google, serão obrigadas a remunerar os veículos de mídia. Os detalhes dessa remuneração, como valores, modelo e prazo, poderão ser definidos livremente em acordos individuais ou coletivos entre as plataformas e os veículos.

O valor da remuneração levará em consideração o volume de conteúdo jornalístico original produzido, a audiência das notícias nas plataformas e o investimento em jornalismo realizado pelas empresas, medido pelo número de jornalistas contratados.

Caso não haja acordo entre as partes, a arbitragem será adotada, com a possibilidade de revisão da decisão após um ano, caso as condições iniciais mudem.


(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

Gervásio Maia: pagamento aos veículos noticiosos é uma ação necessária.

A equidade nas negociações entre as plataformas digitais e os veículos será assegurada, independentemente do tamanho destes. Além disso, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) terá o poder de coibir casos de abuso de poder econômico por parte das plataformas.

O projeto também proíbe que as plataformas digitais removam conteúdos jornalísticos com o objetivo de evitar o pagamento à mídia tradicional. Todas essas regras serão inseridas no Marco Civil da Internet.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Gervásio Maia (PSB-PB), ao Projeto de Lei 1354/21, proposto pelo ex-deputado Denis Bezerra (CE).

O relator incluiu medidas previstas em projetos apensados (PLs 1586/21, 2950/21 e 78/22) e afirmou que a redação proposta estabelece regras equilibradas para garantir a remuneração.”

Defesa do Consumidor aprova regras para desconto em produto pela quantidade de itens adquiridos


(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Duarte Jr.: projeto traz transparência para relações de consumo.

O Projeto de Lei 2879/23, aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, estabelece regras claras para a oferta de descontos ou outras vantagens ao consumidor com base na quantidade de itens idênticos adquiridos. De acordo com a proposta, os fornecedores devem observar as seguintes condições:

1. A informação sobre o desconto ou outra vantagem deve ser exposta de forma destacada, clara e legível.

2. Quando for utilizado um sistema de leitura ótica ou similar para registro de compra, a informação sobre o desconto deve ser divulgada no momento do registro do produto no caixa, de forma destacada e clara, em monitor visível ao consumidor.

3. A informação também deve constar no cupom fiscal.

O relator do projeto, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), destaca que essa iniciativa visa trazer maior transparência nas relações de consumo, especialmente em estabelecimentos que operam no modelo de “atacarejo”. Segundo ele, as diretrizes garantem ao consumidor acesso às especificações necessárias para uma decisão de compra mais consciente. Além disso, a apresentação ostensiva dessas informações colabora para a fiscalização por órgãos de defesa do consumidor.

O autor do projeto, deputado Bibo Nunes (PL-RS), ressalta que os descontos por quantidade podem beneficiar consumidores que compram grandes volumes, mas as regras atuais para esses descontos muitas vezes são pouco transparentes. Com essa proposta, busca-se eliminar as incertezas e garantir que todos os consumidores possam se beneficiar de forma justa.

As medidas propostas serão inseridas na Lei 10.962/04, que regula a oferta e afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor. O próximo passo é a análise em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova reserva de sala para atendimento a mulheres em delegacias comuns

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que reserva salas para o acolhimento de mulheres vítimas de violência em delegacias de municípios que não disponham de delegacias especializadas de atendimento à mulher.

O Projeto de Lei 4986/23, da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT-GO), foi aprovado com parecer favorável da relatora, deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP).

“O fator fundamental para o bom atendimento à mulher vítima de violência é a existência de sala de apoio separada do atendimento comum. Essa sala deve ser ainda dotada de determinadas condições específicas de funcionamento”, defendeu Sâmia Bomfim.

Agente feminina

Atualmente, a lei que trata do funcionamento das delegacias especializadas (14.541/23) determina que, nos municípios sem esses espaços, a unidade existente deverá priorizar o atendimento da mulher vítima de violência por agente feminina especializada.



(Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados)

A deputada Sâmia Bomfim, relatora da proposta.

Delegada Adriana Accorsi, porém, considera que a norma vigente não garante um atendimento satisfatório. Por isso, além da previsão de sala específica para o atendimento à mulher, o projeto estabelece que o ambiente funcione ininterruptamente e conte com equipe multidisciplinar e espaço próprio para crianças e adolescentes que acompanhem a vítima.

A proposta foi aprovada na forma de um substitutivo que faz modificações apenas na forma do texto.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

BB abre linhas de crédito de R$ 2 bi para agricultores do RS

O Banco do Brasil abriu cerca de R$ 2 bilhões em linhas emergenciais de crédito para agricultores do Rio Grande do Sul, Estado que tem sido afetado por enchentes históricas nas últimas semanas. Os créditos começaram a ser liberados ontem, 28, após a assinatura das primeiras propostas na superintendência do banco em Porto Alegre.

As linhas têm subvenção econômica e recursos de equalização para reduzir os custos financeiros para os tomadores. São R$ 1,9 bilhão através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); do Pronaf Investimento (Mais Alimentos); do Crédito de Investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de Produtos da Sociobiodiversidade, Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Bioeconomia); e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp Investimento).

"O Banco do Brasil cumpre, mais uma vez, seu propósito e está ao lado dos produtores em todos os momentos, inclusive neste momento de dor e perdas na região", diz em nota a presidente do banco, Tarciana Medeiros. "São ações que buscam a recuperação da renda e das condições de agricultores familiares e de empresas vitimadas pela calamidade, com repercussão positiva na economia das regiões afetadas."

Podem contratar as linhas agricultores familiares que se enquadram no Pronaf, médios produtores enquadrados no Pronamp e que tiveram perdas ou danos a partir de 30% do valor da estrutura produtiva.

O desconto será aplicado no ato de contratação sobre o valor financiado das operações de crédito rural contratadas entre hoje e 31 de dezembro, para as áreas afetadas pelas chuvas e enchentes.


(Foto: REUTERS/Amanda Perobelli)

São R$ 1,9 bilhão através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); do Pronaf Investimento (Mais Alimentos); do Crédito de Investimento em Sistemas de Exploração Extrativistas, de Produtos da Sociobiodiversidade, Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Bioeconomia); e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp Investimento).

Romário nega acusações de envolvimento em caso de corrupção e chama delator de 'safado'


(Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

O ex-jogador de futebol afirmou ainda que acredita na Justiça e no "inquestionável arquivamento da investigação".

O senador Romário (PL-RJ) se pronunciou nas redes sociais na noite de segunda-feira, 27, sobre a suposta participação dele em um esquema de desvio de dinheiro de projetos de esportes da prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo com o parlamentar, as acusações feitas pelo empresário Marcus Vinícius Azevedo da Silva, em delação premiada, são "completamente infundadas e sem provas".

De acordo com o UOL, Romário e o vereador do Rio Marcos Braz (PL), atual vice-presidente de futebol do Flamengo, estão sendo investigados pela Polícia Federal (PF) e pelo MPF por suspeitas de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O STF teria autorizado no início deste mês a abertura de um inquérito para investigar o caso. Marcos Braz ainda não se manifestou sobre as acusações.

"Matéria publicada segunda-feira, 27, no UOL, baseada na delação de um corrupto, safado e ex-presidiário, Marcus Vinícius Azevedo da Silva, traz acusações completamente infundadas e sem provas contra mim. O STJ anulou a denúncia, destacando a falta de credibilidade do delator, que tenta, com suas mentiras, manipular os fatos para obter benefícios", escreveu Romário.

O ex-jogador de futebol afirmou ainda que acredita na Justiça e no "inquestionável arquivamento da investigação".

"Aos babacas de plantão e àqueles que remam contra, torcendo pelo meu insucesso, digo que estou no momento mais feliz da minha vida. Nada me abala. Nada me afeta. Continuo dormindo tranquilo, como sempre dormi, nesses 14 anos de política", concluiu.

Comissão de Agricultura elege vice-líder da oposição como presidente e eleva pressão no governo

A Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados elegeu, ontem, 28, o deputado federal Evair Vieira de Melo (PP-ES) como presidente. Evair é vice-líder da oposição e um dos principais representantes do agronegócio na Casa, o que deve aumentar a pressão no colegiado contra o governo.

Ele substitui o presidente anterior, deputado Vicentinho Júnior (TO), que precisou se afastar do cargo para assumir a função de Secretário Extraordinário de Ações Estratégicas no Estado de Tocantins.

Em 2023, o parlamentar capixaba teve discussões públicas com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e trabalhou para convocar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, para constrangê-lo. Evair também foi integrante da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criada para prejudicar o governo.

O episódio com Marina aconteceu em uma audiência na Comissão de Meio Ambiente, em maio do ano passado. Ela disse que o governo iria apostar na transição energética para tirar "o agronegócio brasileiro da condição de 'ogronegócio'". Evair disse que ela estava querendo lacrar.

"Eu quero rechaçar veementemente a expressão que a senhora usou, mesmo que tenha sido para uma minoria", afirmou. "A senhora mais uma vez atingiu desrespeitosamente os produtores brasileiros." "A senhora mais uma vez atingiu desrespeitosamente os produtores brasileiros. Faço este registro. Naturalmente, a senhora vai lacrar com esse tema, mas isso foi uma infelicidade."

Seis meses depois, em novembro, Evair queria convocar o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na Comissão de Agricultura, para colocá-lo no meio de uma crise de relação do agro com o governo.


(Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

Em 2023, Evair teve discussões públicas com Marina Silva e trabalhou para convocar o ministro da Agricultura para constrangê-lo

Cadastro de condenados por violência contra mulher avança na Câmara

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, segunda-feira (27), o regime de urgência para o projeto de lei (PL 1099/2024) que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher. A urgência foi aprovada por votação simbólica e sem manifestações contrárias.

A autora do projeto é a deputada federal Silvye Alves (União-GO) que defendeu que essa matéria não é de um partido político, mas a favor da família e das mulheres brasileiras.

"Quando eu penso nesse projeto, eu penso nas nossas meninas que um dia se tornarão mulheres e poderão saber antecipadamente quem são os criminosos de violência doméstica ou não. E não falo somente de violência doméstica, mas também de feminicídio, de stalking e de vários outros tipos de crimes que esse cadastro vai influenciar", disse a parlamentar.

O projeto prevê a criação de um cadastro com o nome de todas as pessoas já condenadas por violência contra a mulher, com a sentença transitada em julgado, ou seja, que não haja mais possibilidade de recursos contra a decisão.

Com a urgência aprovada, o texto pode ser levado à votação no plenário em qualquer momento, sem precisar passar pelas comissões permanentes da Casa. Se aprovado, ainda precisa ser analisado pelo Senado, antes de ir à sanção presidencial.

Tribunal de Goiás concede benefícios extintos e suspensos a juízes e desembargadores

O Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) vem pagando benefícios extintos ou suspensos aos juízes e desembargadores, mesmo sem autorização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que administra o Poder Judiciário.

Em um procedimento sigiloso, o tribunal restabeleceu o adicional por tempo de serviço, conhecido popularmente como quinquênio. As parcelas vêm sendo depositadas desde janeiro a título de "gratificação adicional".

O benefício, extinto há quase 20 anos, acarreta um aumento automático de 5% nos vencimentos a cada cinco anos e não entra no cálculo do teto remuneratório. O pagamento é retroativo, ou seja, os magistrados goianos que começaram a carreira antes da mudança entrar em vigor estão recebendo agora o passivo em aberto desde 2006.

Ao Estadão, o Tribunal de Justiça informou que "cumpre a normatização vigente para pagamento dos vencimentos e vantagens dos membros da magistratura e de seu corpo funcional, com rigoroso cumprimento da legislação e decisões judiciais e administrativas vigentes, tudo com ampla e normal publicação".

Ontem, 29, o Conselho Nacional de Justiça divulgou o relatório 'Justiça em números 2024', balanço que revela os gastos com o Poder Judiciário ao longo de 2023 - um total de R$ 132,8 bilhões. As despesas com pessoal consomem 90,2% do orçamento do Poder Judiciário, segundo o CNJ.

O Tribunal de Justiça de Goiás guarda posição de destaque no relatório. Cada magistrado goiano custa em média R$ 60,2 mil por mês. O levantamento, no entanto, não aborda especificamente o montante liberado aos magistrados a título de retroativos de adicional por tempo de serviço.

Consultado pela reportagem do Estadão sobre o valor dos quinquênios, o tribunal de Goiás não compartilhou a informação nem justificou por que não informaria o montante.

"Em relação ao pagamento do subsídio da magistratura, com adicionamento de vantagens pessoais, como férias, 13º salário, o que ocorre em relação à parcela referente à irredutibilidade vencimental, com observância do teto constitucional", afirma a Corte.

Goiás não é um caso isolado. Os tribunais do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também autorizaram pagamentos retroativos dos quinquênios com a justificativa de que esse é um "direito adquirido" dos juízes.

Uma resolução editada em 2006 pelo CNJ veda expressamente o adicional por tempo de serviço. O Conselho Nacional de Justiça também condiciona o pagamento de verbas remuneratórias ou indenizatórias não previstas na Lei Orgânica da Magistratura à autorização prévia do próprio órgão.

Em 2018, a Corregedoria Nacional de Justiça pediu que todos os tribunais se abstivessem de pagar "auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação ou qualquer outra verba que venha a ser instituída ou majorada, ou mesmo relativa a valores atrasados, e ainda que com respaldo em lei estadual", sem que fossem previamente autorizados pelo CNJ.

De cada 10 processos na Justiça, 8 acabam na 1ª instância, diz levantamento

Uma ação movida pelo Partido Novo no Supremo Tribunal Federal (STF) tenta acabar de vez com as sobras do quinquênio. Não há data para a conclusão julgamento. O ministro Gilmar Mendes pediu vista e suspendeu a votação, em março.

Na contramão do processo, o Congresso debate a volta do benefício, com a chamada PEC dos Quinquênios. O Ministério da Fazenda estima que o custo anual pode chegar a R$ 40 bilhões.

Férias - A Constituição limita o subsídio do funcionalismo público ao que ganha um ministro do STF, o que hoje corresponde a R$ 44.008,52, mas magistrados recebem auxílios que não entram no cálculo.

Verbas indenizatórias (como auxílios para transporte, alimentação, moradia e saúde) e vantagens eventuais (como 13º salário, reembolso por férias atrasadas e eventuais serviços extraordinários prestados) são contados fora do teto, abrindo caminho para os chamados "supersalários".

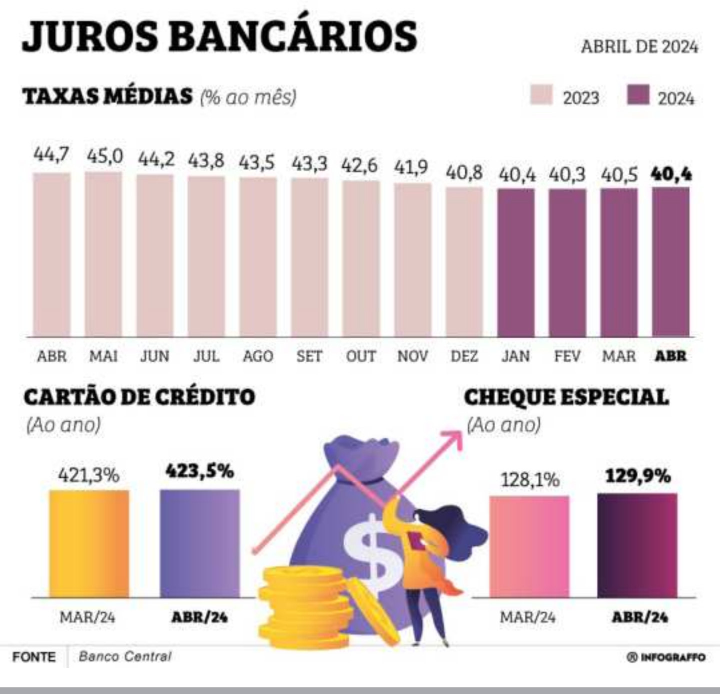
Outro fator que infla os contracheques é a venda de férias. Magistrados têm direito a 60 dias de descanso remunerado por ano - fora o recesso de fim de ano e feriados. É comum que eles usem apenas 30 dias, sob argumento de excesso e acúmulo de ações. Mais tarde passam a receber esse "estoque", a título de indenização de férias não gozadas a seu tempo.

Em 2019, a Corregedoria Nacional de Justiça concluiu uma fiscalização no Tribunal de Justiça de Goiás e determinou que a Corte regulamentasse os casos de interrupção, suspensão e alteração de férias de magistrados com base em "critérios de interesse público". O CNJ deixou claro que o acervo de processos não poderia ser considerado como "causa legítima" para a venda ou alteração das férias.

O Estadão localizou pelo menos três magistrados que receberam, no mesmo ano, indenização por férias que não tiraram no primeiro ano da carreira, na década de 1990. O Tribunal de Goiás não informou como analisou se houve excesso de trabalho, dado o tempo decorrido, antes de autorizar os pagamentos. A Corte afirma que a indenização de férias observa "estritamente as normas e determinações do CNJ e Resolução TJGO 140/2021".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676





Prévia da inflação acelera para 0,44% em maio, puxada pela gasolina

(Foto: EBC)



A gasolina, que subiu 1,9% no período de coleta, contribuiu com 0,09 ponto percentual (p.p) no IPCA-15.

A prévia da inflação oficial ficou em 0,44% em maio. O resultado é mais do que o dobro do mês de abril, de 0,21%, e foi puxado principalmente pelo preço da gasolina, que subiu 1,9% no período de coleta e contribuiu com 0,09 ponto percentual (p.p) do IPCA-15, divulgado ontem (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de maio interrompe a sequência de 2 meses de queda do IPCA-15 e é o maior desde fevereiro, quando chegou a 0,78%.

No acumulado de 12 meses, o IPCA-15 é de 3,70%, dentro da meta de inflação do governo de 3% com tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos, e abaixo do observado nos 12 meses imediatamente anteriores, de 3,77%. Já em maio do ano passado, o índice estava em 0,51%.

Transporte e saúde - Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, oito tiveram alta de preços em maio. As maiores variações vieram dos grupos saúde e cuidados pessoais (1,07%) e transportes (0,77%). No caso dos transportes, o vilão foi a gasolina, produto com maior influência da alta em toda a pesquisa.

Outro item que pressionou a prévia da inflação foram as passagens aéreas, que subiram 6,04%. Apesar desse valor nominal ser maior que o da gasolina, o impacto do combustível influencia mais o IPCA-15, pois tem um peso maior na cesta de produtos pesquisados pelo IBGE.

Já para o grupo saúde e cuidados pessoais, a alta teve influência dos produtos farmacêuticos, de 2,06%, após a autorização do governo para reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos, a partir de 31 de março.

A metodologia para cálculo do IPCA-15 é a mesma do IPCA, considerado a inflação oficial do país. A diferença é que na prévia os preços foram coletados entre 16 de abril e 15 de maio. O índice leva em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos.

O IBGE explicou que a divulgação de maio sofreu impactos causados pelo estado de calamidade na região metropolitana de Porto Alegre, que enfrentou alagamentos em maio.

Os pesquisadores precisaram intensificar a coleta por meios remotos, como telefone e internet.

Governo pode elevar preço do cigarro para compensar desoneração

O governo federal quer elevar o preço mínimo do cigarro para compensar parte da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e dos municípios mantida em 2024. A proposta deve ser editada por decreto e pode ser incluída na medida provisória (MP) que vai conter todas as alternativas para compensação da política salarial. Pessoas que acompanham as tratativas estimam que a iniciativa pode gerar de R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões aos cofres, mas os números podem passar por revisão.

Um estudo do Instituto Nacional de Câncer (Inca) publicado no ano passado aponta que, desde 2017, o Brasil não aumenta o preço mínimo do cigarro, resultando numa redução sustentada da média real do valor de um maço de 20 unidades fabricado por empresas legalmente registradas no País. Em 2016, foi publicado o último decreto sobre o tema, quando o preço mínimo passou a ser de R$ 5. Já a Lei 12.546, de 2011, criou uma política de preços mínimos para os cigarros, com vigência a partir de maio de 2012, quando esse piso passou a ser de R$ 3, aumentando R$ 0,50 anualmente até atingir R$ 4,50 em 2015. O preço mínimo é válido em todo o território nacional e qualquer cigarro vendido abaixo deste valor será ilegal, diz o site do Inca.

Brasil deve crescer menos no curto prazo, mas expandir 2,5% ao ano no médio prazo, projeta FMI

(Foto: EBC)



O crescimento da economia brasileira deve diminuir um pouco mais que o esperado no curto prazo, se recuperar posteriormente e alcançar 2,5% no médio prazo, afirmou o Fundo Monetário Internacional (FMI). A análise faz parte de um relatório anual do órgão a respeito da economia brasileira, conhecido como Artigo 4. Segundo as estimativas mais recentes do Fundo, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil deve crescer 2,1% neste ano - ou 0,1 ponto percentual a menos do que o estimado pelo FMI no mês passado, no relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês). Para 2025, no entanto, a estimativa aumentou em 0,3 ponto porcentual, a 2,4%.

"Nos últimos dois anos, a economia brasileira demonstrou notável resiliência, com a inflação recuando para o intervalo da meta. O corpo técnico do FMI prevê que o crescimento modere no curto prazo, antes de se fortalecer e alcançar 2,5% no médio prazo", afirmou o Fundo.

A avaliação do FMI é de que os riscos para as perspectivas de crescimento melhoraram desde o ano passado, e de que a reforma tributária, voltada à simplificação dos impostos, deve contribuir para melhorar a atividade econômica e a geração de emprego. No entanto, o Fundo pondera que os efeitos macroeconômicos e fiscais adversos da calamidade das enchentes no Rio Grande do Sul "ainda são incertos".

"Um sistema financeiro sólido, reservas cambiais suficientes, a baixa dependência de endividamento em moeda estrangeira, as grandes reservas de caixa do governo e a taxa de câmbio flexível continuam a respaldar a resiliência do Brasil", acrescentou.

Juros e inflação - As previsões do FMI para a inflação brasileira melhoraram. Se antes a estimativa era de alta de 4,1% do IPCA ao final deste ano, agora a projeção é de 3,7%, com a taxa convergindo à meta de 3% na primeira metade de 2026.

Governo central tem superávit de R$ 11,082 bilhões em abril

As contas do Governo Central registraram superávit primário em abril. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou positiva em R$ 11,082 bilhões. O resultado sucedeu o déficit de R$ 1,527 bilhões em março.

O saldo - que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - foi o pior desempenho em termos reais para o mês desde o ano passado - a série histórica do Tesouro foi iniciada em 1997. Em abril de 2023, o resultado havia sido positivo em R$ 15,640 bilhões, em valores nominais.

O resultado do mês passado ficou pouco abaixo das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um superávit de R$ 12,6 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast. O dado de abril ficou dentro do intervalo das estimativas, que iam de déficit de R$ 900 milhões a superávit de R$ 28,80 bilhões

No acumulado do ano até abril, o Governo Central registrou superávit de R$ 30,605 bilhões, o pior resultado desde o ano passado. Em igual período do ano passado, esse mesmo resultado era positivo em R$ 47,165 bilhões, em termos nominais.

Em abril, as receitas tiveram alta real de 7,8% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, houve alta real de 8,6%. Já as despesas subiram 12,4% em abril, já descontada a inflação. No acumulado deste quadrimestre, a variação foi positiva em 12,6%.

Um em cada quatro usuários de cartão de crédito entrou no rotativo em fevereiro

Atrasos no rotativo do cartão de crédito custam muito caro para o consumidor, lembra economista do SPCArquivo/Marcello Casal Jr/Agência Brasil.

Uma pesquisa mostrou que 35% dos consumidores fizeram uso do cartão de crédito para realizar alguma compra em fevereiro e um em cada quatro usuários entraram no rotativo (24%), sendo que 10% pagaram um valor entre o mínimo e o total. A maioria (72%) afirma ter pagado o valor integral da fatura. Os dados são do Indicador de Uso do Crédito apurado pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), divulgado hoje (5) pelas entidades.

A sondagem ainda investigou o uso de outras modalidades de crédito, pré-aprovadas ou não, e constatou que quatro em cada dez consumidores (41%) utilizaram alguma delas: o crediário foi mencionado por 9%; o cheque especial, por 6%; os empréstimos, também por 6%, além dos financiamentos, por 3%. Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, atrasos no rotativo custam muito caro e o consumidor precisa ter consciência disso. "O pagamento do mínimo não é algo com que se deve contar, sob pena de ver a dívida crescer muito rápido. Mesmo que se apliquem as novas regras do cartão de crédito, que determinam que os atrasos devem ficar no máximo 30 dias no rotativo, a opção de parcelamento da fatura também envolve altas taxas, que chegam a mais de 170% ao ano, na média", alerta. O levantamento revela ainda que cerca de 20% dos brasileiros tiveram crédito negado em fevereiro ao tentarem parcelar uma compra em estabelecimentos comerciais ou contratar serviços a prazo. A inadimplência (9%) e a falta de comprovação ou insuficiente de renda (5%) foram as principais razões para a negativa. "O acesso ao crédito é um fator de inclusão no mercado de consumo, mas que requer bastante cuidado. O consumidor que tem acesso ao crédito consegue antecipar o consumo de bens que, de outro modo, só seriam conquistados depois de um tempo de poupança. Mas muitos consumidores acabam se perdendo no atalho do crédito e comprometendo a própria vida financeira", afirma a economista.

Confiança do Comércio cai 0,2% em maio ante abril, após quatro meses de avanços, diz CNC

Os comerciantes brasileiros ficaram ligeiramente menos otimistas em maio, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Após quatro meses de altas consecutivas, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 0,2% em relação a abril, já descontadas as influências sazonais.

O índice ficou em 106,9 pontos, permanecendo assim na zona de satisfação, acima dos 100 pontos. Na comparação com maio de 2023, o Icec recuou 1,4%.

Na passagem de abril para maio, dois dos três componentes do Icec registraram expansão. O componente de avaliação das condições atuais caiu 2,1%, para 79,9 pontos, com recuos nos itens economia (-2,3%), setor (-2,1%) e empresa (-2,1%).

"O indicador referente à confiança nas condições atuais da empresa (97,1 pontos) alcançou o menor nível desde julho de 2021, passando a revelar uma insatisfação dos varejistas com seus negócios, o que não acontecia desde dezembro do ano passado", destacou a CNC, no relatório da pesquisa.

O componente das expectativas aumentou 0,2% em maio ante abril, para 139,5 pontos, com melhora nos quesitos economia (0,1%) e empresa (0,4%), mas estabilidade no quesito setor (0,0%). "Apesar de tímido, o aumento indica que há esperança dos varejistas na melhoria das condições econômicas nos próximos meses", avaliou Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, em nota oficial.

O componente das intenções de investimentos cresceu 0,9% em maio ante abril, para 101,5 pontos, com expansão nos itens contratação de funcionários (1,9%) e estoques (1,1%), mas queda no quesito empresa (-0,4%). "O fator positivo foi o aumento da intenção de contratação de funcionários, principalmente, dentre os empresários de bens semiduráveis", frisou a CNC. "A maior parte dos empresários pretende aumentar seu quadro de empregados (63,7%), o maior porcentual do ano, o que mostra que os resultados positivos, observados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), devem continuar."

Mercado volta a elevar estimativa para a inflação, mostra Focus

As projeções do mercado financeiro para a inflação no Brasil voltaram a registrar piora, aumentando a pressão sobre o Banco Central. Divulgada segunda, 27, a nova edição do boletim Focus (uma compilação semanal de estimativas feita pelo próprio BC) indica que a mediana para o IPCA em 2024 passou de 3,80% para 3,86%, enquanto a de 2025 foi de 3,74% para 3,75%, dando continuidade ao movimento observado nas últimas semanas. Já a projeção para 2026 avançou de 3,50% para 3,58%, depois de ficar estável nas últimas 46 semanas.

Um aumento das estimativas de inflação de longo prazo já era esperado por analistas do mercado. Segundo eles, a incerteza sobre o comportamento do BC a partir de 2025 - quando o atual presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, será substituído por um indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva - pesa no movimento.

Essa incerteza cresceu desde a última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), que terminou com um corte de 0,25 ponto porcentual da Selic, para 10,5% ao ano. Dos nove integrantes do colegiado, quatro - todos já indicados por Lula, crítico do atual patamar de juros, que considera altos - defenderam uma redução maior, de 0,5 ponto porcentual. A explicação desses diretores é de que haveria prejuízo para a imagem do BC se ele abandonasse o "guidance" (sinalização) dado anteriormente de novo corte de 0,5 ponto.

Declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada também podem ter pesado no movimento. Em uma audiência na Câmara, ele disse que o centro da meta de inflação, de 3%, é "exigentíssimo para as condições do Brasil". O comentário renovou a percepção de que o governo ainda pode, eventualmente, aumentar a meta de inflação. Já a mediana das estimativas no relatório Focus para a taxa Selic no fim de 2024 ficou estável em 10%, depois de três semanas de alta. Um mês atrás, estava em 9,5%. A projeção para o fim de 2025 também foi mantida, em 9% - estável há cinco semanas.

'Serenidade' - Ontem, ao participar de evento em São Paulo, Campos Neto falou em "serenidade" ao mencionar a piora de expectativas do mercado nas últimas semanas.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Bombardeios de Israel matam 16 em Rafah e palestinos relatam combates na cidade

Bombardeios israelenses em Rafah mataram pelo menos 16 civis palestinos, ontem, 28, segundo dados do ministério da Saúde de Gaza, que é controlado pelo grupo terrorista Hamas. Os bombardeios ocorrem em meio a intensos combates na cidade do sul do enclave palestino.

Uma operação militar israelense realizada no início de maio fez com que quase um milhão de civis palestinos fugissem de Rafah, cidade que abrigou muitos palestinos nos últimos meses da guerra por conta dos combates no norte e no centro de Gaza.

Os Estados Unidos e outros aliados ocidentais de Israel alertaram contra uma ofensiva total na cidade. O governo de Joe Biden apontou que uma ofensiva militar mais abrangente seria uma linha vermelha para Washington. Na sexta-feira, 24, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) apelou para que Tel-Aviv suspendesse a ofensiva em Rafah, mas o tribunal não tem jurisdição para fazer Israel cumprir esta ordem.

(Foto: EBC)



Os últimos ataques ocorreram na mesma área onde Israel atacou o que disse ser um complexo do Hamas na noite de domingo, 26.

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, prometeu seguir em frente, dizendo que as forças israelenses devem ir para Rafah para desmantelar a capacidade militar do grupo terrorista Hamas e resgatar os reféns israelenses no enclave palestino.

Os últimos ataques ocorreram na mesma área onde Israel atacou o que disse ser um complexo do Hamas na noite de domingo, 26. Esse ataque provocou um incêndio em um campo de refugiados palestinos e matou pelo menos 45 pessoas, segundo autoridades de saúde locais, provocando indignação mundial.

Netanyahu disse que houve um "acidente trágico" no domingo e as Forças de Defesa de Israel (FDI) apontaram que estavam investigando.

Operações - De acordo com o governo israelense, as operações em Rafah são pontuais e limitadas, mas residentes palestinos relatam fortes bombardeios.

"Foi uma noite de horror", disse Abdel-Rahman Abu Ismail, um palestino da Cidade de Gaza que está abrigado em Tel al-Sultan desde dezembro.

Guterres, da ONU, condena ações de Israel que 'mataram dezenas de civis inocentes' em Rafah

(Foto: EBC)



Em postagem na rede social X, o líder afirmou que "não há lugar seguro em Gaza", e que "este horror deve parar".

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, condenou as ações de Israel, que "mataram dezenas de civis inocentes que apenas procuravam abrigo neste conflito mortal". Em postagem na rede social X, o líder afirmou que "não há lugar seguro em Gaza", e que "este horror deve parar".

Israel enfrentou nova rodada de condenações de parte da comunidade internacional, segunda-feira, pelos ataques na cidade de Rafah, no sul de Gaza, que autoridades de saúde locais disseram ter matado pelo menos 45 palestinos.

O Alto Representante da União Europeia, Josep Borrell, afirmou que está "horrorizado com as notícias vindas de Rafah sobre os ataques israelenses que mataram dezenas de pessoas deslocadas, incluindo crianças pequenas". "Condeno isto nos termos mais veementes. As ordens da Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Direito Internacional Humanitário devem ser respeitados por todas as partes", apontou. A França disse estar "indignada" com a violência. "Essas operações devem parar. Não existem áreas seguras em Rafah para civis palestinos. Apelo ao pleno respeito pelo direito internacional e a um cessar-fogo imediato", publicou o presidente Emmanuel Macron no X.

Procuradoria do Peru denuncia presidente por suspeita de suborno no caso 'Rolexgate'

O Ministério Público do Peru apresentou ao Congresso uma denúncia de corrupção passiva contra a presidente Dina Boluarte, referente ao caso "Rolexgate". Segundo a acusação, a chefe do Estado peruano teria recebido joias e relógios de luxo, que não foram declarados, do governador de Ayacucho, Wilfredo Oscorima, em troca de favores políticos.

Os presentes teriam sido entregues para que Dina emitisse decretos irregulares que ordenavam a transferência de dinheiro para obras públicas no Estado governado por Wilfredo. Ele também está sendo investigado por suborno.

A denúncia foi publicada no perfil oficial do Ministério Público peruano no X (antigo Twitter). "A investigada teria recebido - em forma de doação - do governador de Ayacucho, Wilfredo Oscorima Núñez, três relógios da marca Rolex, brincos de argola de ouro com diamantes e pulseira Bangle com 94 diamantes, com a finalidade de realizar atos próprios de seu

(Foto: Divulgação)



cargo de Presidente da República", diz a publicação.

No início de abril, seis ministros renunciaram depois de o caso "Rolexgate" se tornar público. Nenhum deles, porém, falou abertamente sobre o escândalo dos relógios ou ligou às demissões ao caso. O irmão mais velho, Nicanor Boluarte Zegarra, e o advogado da presidente, Mateo Castañeda, foram presos neste mês acusados por corrupção. O esquema consistia, segundo o Ministério Público, em nomear funcionários públicos para receber propina e recrutar filiados para um novo partido político.

Inicialmente, a chefe de Estado foi denunciada por enriquecimento ilícito, mas o Ministério Público optou por acusá-la de corrupção.

Bélgica anuncia US$ 1 bilhão em ajuda militar e doação de 30 caças F-16 para a Ucrânia

O presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, recebeu ontem, 28, uma segunda promessa de US$ 1 bilhão em ajuda militar para a guerra contra a Rússia, durante uma viagem por países da União Europeia.

A promessa veio da Bélgica, que completou o dinheiro com o anúncio de doar 30 caças F-16 ao longo dos próximos quatro anos. De acordo com a ministra belga das Relações Exteriores, Hadja Lahbib, as primeiras entregas estão previstas para até o final do ano.

"Nossa tarefa é usar o primeiro F-16 em campo de batalha este ano e, desta forma, fortalecer nossas posições", declarou Zelenski. O presidente ucraniano no anunciou no X que assinou um acordo bilateral de segurança e apoio a longo prazo com o primeiro-ministro belga, Alexander De Croo. O documento assinado "inclui pelo menos 977 milhões de euros (aproximadamente R$ 5,5 bilhões) em ajuda militar belga à Ucrânia este ano, assim como o compromisso da Bélgica de fornecer apoio ao nosso país durante os dez anos de vigência do acordo", indicou.

O documento menciona que a Bélgica fornecerá "veículos blindados modernos, equipamentos para satisfazer as necessidades da força aérea e a defesa aérea da Ucrânia, segurança naval, remoção de minas (...) e treinamento militar".

Foguete da Coreia do Norte que transportava segundo satélite espião explode em pleno ar

Um foguete lançado pela Coreia do Norte para implantar o segundo satélite espião do país explodiu segunda-feira, 27, logo após a decolagem, informou a mídia estatal. O país havia notificado autoridades do Japão sobre os planos para lançamento de um "foguete satélite" entre esta segunda-feira e o dia 3 de junho.

A estatal Korean Central News Agency (KCNA) reportou que o lançamento ocorreu no principal centro espacial no noroeste do país, mas que o foguete explodiu durante um voo de primeiro estágio logo após a decolagem, devido a um suposto problema no motor de oxigênio e petróleo líquido. Outras possíveis causas também serão investigadas, segundo a KCNA.

O lançamento fracassado aconteceu horas depois que os líderes da Coreia do Sul, China e Japão se reuniram em Seul, no primeiro encontro trilateral em mais de quatro anos. É altamente incomum que a Coreia do Norte realize ações provocativas quando a China, seu principal aliado e canal econômico, está engajada em uma diplomacia de alto nível na região.

O lançamento atraiu repreensões dos países vizinhos porque a Organização das Nações Unidas (ONU) proíbe a Coreia do Norte de realizar qualquer lançamento desse tipo, considerando-os como uma cobertura para testar a tecnologia de mísseis de longo alcance.

Rússia construirá uma pequena usina nuclear no Uzbequistão

A Rússia e o Uzbequistão assinaram um acordo, segunda-feira, 27, para que Moscou construa uma pequena usina nuclear no país da Ásia Central, enquanto o presidente russo, Vladimir Putin, se reunia com o líder do país, Shavkat Mirziyoyev. Mirziyoyev saudou o projeto como "vital" em comentários após as conversas, observando que o Uzbequistão tem "suas próprias grandes reservas de urânio". Putin, por sua vez, prometeu "fazer tudo para trabalhar efetivamente no mercado (de energia nuclear) do Uzbequistão". Se o acordo for implementado, a usina se tornará a primeira na Ásia Central, aumentando ainda mais a influência da Rússia na região.

A agência estatal de notícias da Rússia, RIA Novosti, citou a empresa estatal russa de energia, Rosatom, dizendo que o projeto prevê a construção de seis reatores com capacidade total de 330 megawatts. De acordo com a mídia russa, os dois países estavam discutindo anteriormente a construção de uma usina nuclear de maior capacidade, de 2,4 gigawatts.

Na Austrália, polícia prende passageiro acusado de correr nu e derrubar comissário durante voo

Um homem é acusado de ter corrido nu pelo corredor de um voo doméstico na Austrália e derrubado um comissário de bordo. Com isso, a aeronave foi forçada a voltar para o aeroporto e o suspeito foi preso assim que desceu da aeronave, segundo as autoridades locais.

O caso aconteceu na noite da última segunda-feira, 26, em um voo da Virgin Australia, que fazia o trajeto entre a cidade de Perth, na costa oeste, para Melbourne, na costa leste, previsto para durar três horas e 30 minutos. Segundo comunicado da empresa aérea, o voo VA696 teve que regressar ao aeroporto de Perth devido a um "passageiro desordeiro". Assim que foram comunicados, os agentes da polícia federal australiana estavam à espera do avião no aeroporto e "o passageiro desordeiro" foi entregue, disse a Virgin.

Segundo a polícia australiana, "os agentes detiveram um homem acusado de ter corrido nu pelo avião em pleno voo e de ter derrubado um integrante da tripulação no chão". "O homem foi transferido para o hospital para ser avaliado, onde permanece", diz um comunicado da polícia. Não ficou claro como ou onde no avião o passageiro tirou a roupa.

Na Argentina, chefe de gabinete de Milei deixa o governo e Guillermo Francos assume o posto

O governo da Argentina informou em comunicado que Nicolás Posse "apresentou sua renúncia" da chefia de gabinete do governo Javier Milei. A mesma nota, divulgada na noite da última segunda-feira, 27, informa que Guillermo Francos assumirá o posto, "com o objetivo de brindar maior volume político à chefia do gabinete". O texto acrescenta que, nesse contexto, essa chefia absorverá as competências do Ministério do Interior, em uma secretaria de Interior a cargo de Lisandro Catalán. "Francos aportará seu profissionalismo, experiência e capacidade política à chefia do gabinete, após exercer com sucesso o cargo de ministro do Interior, tendo sido um dos artífices da campanha que levou Javier Milei à presidência, e sendo reconhecido por todas as forças públicas por sua capacidade de gestão e consenso", acrescenta o comunicado. Francos ocupava o cargo de ministro do Interior desde a posse de Milei, em 10 de dezembro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PF prende homem que importava peças de armas ilegalmente dos EUA

Agentes da Polícia Federal (PF) prenderam em flagrante, no Rio de Janeiro, um homem responsável pela importação ilegal de peças de armas de fogo pelos Correios, quando a encomenda chegou na agência de Jacarepaguá, na zona oeste.

A abordagem foi realizada enquanto o homem aguardava na agência para retirar o material. Além do flagrante pelo contrabando, foi identificado que ele estava armado, resultando também em sua prisão por porte ilegal de arma de fogo.

A informação foi encaminhada pela Receita Federal à PF, indicando a chegada de uma remessa internacional dos Estados Unidos contendo peças de arma de fogo e outros produtos controlados pelo Exército.

Investigação - A prisão, realizada segunda-feira (27), ocorreu após de uma investigação conjunta entre a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado e a Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas da Polícia Federal.

Polícia apura fraudes em licitações na Secretaria de Saúde de Cuiabá

A Polícia Federal deflagrou a Operação Miasma para investigar supostas fraudes em licitação e peculato [subtração ou desvio de dinheiro público ou de coisa móvel] no âmbito da prefeitura de Cuiabá, em Mato Grosso. As suspeitas são de que os crimes foram cometidos entre 2021 e 2023, causando prejuízos à Secretaria Municipal de Saúde.

Ontem, foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão em cidades de Mato Grosso, Amazonas, Tocantins e no Distrito Federal, por determinação da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso. As medidas judiciais referem-se a duas investigações da PF em curso por crimes cometidos.

"As apurações apontam indícios de montagem no processo de adesão à ata de registro de preço, com participação de diversas empresas. A liberação e pagamento de licenças de software não possuíam correlação com a efetiva implantação e adesão à funcionalidade. Após o pagamento de mais da metade do contrato, o ente público, por portaria, estabeleceu o uso de sistema de informação diverso para a gestão documental da unidade", informou a Polícia Federal, em nota.

Software de gestão - A primeira investigação contou com a colaboração da Controladoria-Geral da União (CGU) e apura a contratação de empresa para o fornecimento de software de gestão documental, no valor aproximado de R$ 14 milhões.

Na segunda investigação, a PF investiga formalização e execução de contratos de locação de vans e ambulâncias pela Secretaria Municipal de Saúde.

"As diligências evidenciaram que os veículos empregados na execução dos serviços não pertenciam à empresa contratada, que não possuía capacidade técnica para atender à contratação", justifica a PF ao informar que, entre os veículos contratados, havia um em nome do "genitor de um dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização contratual".

Rodrigo Faro é citado em esquema de corrupção de cidadania italiana; apresentador se diz vítima

O apresentador Rodrigo Faro foi citado em uma reportagem sobre um esquema ilegal para obtenção de cidadania pelo portal de notícias italiano Rai-News, segunda, 27. Nas redes sociais, Faro, 50 anos, emitiu um comunicado em que se defende e afirma que "comprovou laços com seus descendentes na Itália e o processo foi aprovado e os passaportes foram concedidos", diz a nota divulgada pela equipe do ator no Instagram também nesta segunda, 27. Leia comunicado na íntegra abaixo.

Entenda o caso - Nesta segunda, 27, a Polícia Metropolitana de Nápoles, na Itália, desmontou uma rede de corrupção e prendeu seis pessoas que atuavam para fraudar o procedimento para a concessão de cidadania e passaportes italianos.

O centro da história é pequena Villarica, que tem pouco mais de 20 mil habitantes. As autoridades italianas suspeitaram do número de brasileiros que pediam direito à cidadania por ter parentes sem nunca ter viajado até o pequeno município.

Bahia lidera turismo de estrangeiros para o Nordeste

Levantamento realizado pelo Ministério do Turismo revela que a Bahia é um dos principais destinos turísticos do Brasil. O estado, que lidera na atração de estrangeiros para o Nordeste, registrou mais que o dobro dos turistas internacionais que desembarcaram em Pernambuco e quase o triplo do Ceará. Além disso, Salvador, a capital da Bahia, é o destino mais procurado para turismo em 2024.

Em março deste ano, a Bahia recebeu 14.231 turistas estrangeiros. O número corresponde a quase 50% dos 29.839 visitantes que entraram no Brasil pelos aeroportos do Nordeste. A Bahia registrou mais que o dobro dos turistas internacionais que desembarcaram em Pernambuco (7.701) e quase o triplo do Ceará (5.253), que ocupam a segunda e terceira posições no ranking da região, respectivamente. Os dados são do Ministério do Turismo e da Polícia Federal.

Quando comparado com março de 2023, o fluxo de estrangeiros nos aeroportos baianos cresceu 74%, confirmando as expectativas da Secretaria de Turismo da Bahia (Setur-BA), que tem investido na promoção das 13 zonas turísticas do estado e prospecção de voos, nas principais feiras internacionais do setor. "O levantamento condiz com a realidade que presenciamos no ano passado e segue acontecendo em 2024.

Área desmatada no Brasil em 2023 cai 11,6%, indica MapBiomas

Mais da metade de toda a área desmatada no Brasil em 2023 está localizada no Cerrado, apontou o Relatório Anual do Desmatamento (RAD) do MapBiomas, divulgado ontem (28). Pela primeira vez desde o início da série histórica, em 2019, o Cerrado ultrapassou a Amazônia em termos de área desmatada. Quase todo o desmatamento do país (97%), nos últimos cinco anos, teve a expansão agropecuária como vetor, destacou o relatório. O levantamento mostrou que, nos últimos cinco anos, o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa, o equivalente a duas vezes o estado do Rio de Janeiro. No entanto, em 2023, houve uma queda de 11,6% na área desmatada: ao todo, 1.829.597 hectares de vegetação nativa foram suprimidos em 2023. Em 2022, esse total foi de 2.069.695 hectares. Essa redução se deu apesar de um aumento de 8,7% no número de alertas, na mesma comparação. O MapBiomas ressalta que os dados apontam a primeira queda do desmatamento no Brasil desde 2019, quando se iniciou a publicação do RAD. Por outro lado, a avaliação é de que a cara do desmatamento está mudando, se concentrando nos biomas onde predominam formações savânicas e campestres e diminuindo nas formações florestais.

Cerrado - Em 2023, 61% da área desmatada em todo o país estava no Cerrado e 25% na Amazônia. Foram 1.110.326 hectares desmatados no Cerrado, no ano passado, um crescimento de 68% em relação a 2022. Na Amazônia, a área de vegetação suprimida no ano passado foi de 454,3 mil hectares - uma queda de 62,2% em relação a 2022.

Com exceção do Piauí, São Paulo e Paraná, todos os outros estados que concentram o Cerrado registraram aumento do desmatamento em 2023 na comparação com 2022. No caso do Maranhão, Tocantins, Goiás, Pará e Distrito Federal, a área desmatada mais do que dobrou.

Coordenadora do MapBiomas Cerrado, Ane Alencar lembra que o Cerrado - que já perdeu mais da metade de sua vegetação nativa -, passou a ser o protagonista do desmatamento no país, o que desperta preocupação: "O Cerrado é um bioma estratégico no que diz respeito à questão hidrológica e o desmatamento do bioma tem um impacto grande na questão hídrica. Várias bacias que nascem no Cerrado banham outros biomas, então, nesse sentido, o desmatamento e a perda do Cerrado representa um impacto para os outros biomas." Em 2023, a área média desmatada por dia no país foi de 5.013 hectares ou 228 hectares por hora. Mais da metade foi no Cerrado, onde foram suprimidos 3.042 hectares de vegetação nativa por dia. O resultado é mais que o dobro da área desmatada na Amazônia, 1.245 hectares por dia, que, ainda assim, equivale a cerca de 8 árvores por segundo.


(Foto: EBC)

O levantamento mostrou que, nos últimos cinco anos, o Brasil perdeu 8.558.237 hectares de vegetação nativa, o equivalente a duas vezes o estado do Rio de Janeiro.

Brasil recupera desempenho de alfabetização do período pré-pandêmico

O Brasil recuperou o desempenho de alfabetização que era observado antes da pandemia de Covid-19. Com isso, atingiu meta estabelecida pelo Ministério da Educação para o ano passado, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

De acordo com o ministro da Educação, Camilo Santana, em 2023, 56% das crianças brasileiras alcançaram o patamar de alfabetização definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para o 2º ano do ensino fundamental.

"Em 2019, o percentual de estudantes alfabetizados na rede pública do país era de 55%, percentual que, com a pandemia, caiu para 36% em 2021. Em 2023, retomamos ao patamar anterior, subindo para 56%", disse o ministro ao abrir a reunião com os governadores no Palácio do Planalto. durante a apresentação de resultados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O resultado, segundo ele, mostra que o país avançou no sentido de amenizar os efeitos negativos da pandemia para a alfabetização de estudantes ao fim do 2° ano do ensino fundamental e, com isso, favorecer a recomposição de aprendizagens, com ênfase na alfabetização de todas as crianças matriculadas no 3°, 4° e 5° anos afetadas pela pandemia.

Adesão - O compromisso foi lançado no início do ano passado e já teve a adesão de 100% dos estados e de 99,8% dos municípios. "Falta ainda um município do Mato Grosso, sete municípios de São Paulo e um de Santa Catarina. Mas o resultado mostra o desejo de prefeitos e governadores de construir essa política nacional, independentemente de questões partidárias, políticas ou ideológicas", destacou Santana ao ressaltar que o protagonismo do programa pertence a estados e municípios. "O que nos cabe fazer [enquanto governo federal] é apoiar vocês", acrescentou o ministro. Na sequência, Santana propôs um pacto com administradores locais, visando a criação de uma premiação nacional que reconheça iniciativas que apresentaram avanços e boas práticas de educação.

PF e Anvisa investigam contrabando de cigarros eletrônicos

A Operação Vapor Digital, com objetivo de combater crimes de contrabando, uso de documento falso, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e organização criminosa envolvendo cigarros eletrônicos, foi deflagrada na manhã de ontem (28) pela Polícia Federal (PF) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A investigação começou em fevereiro deste ano, após três apreensões da Receita Federal realizadas nos Correios e em empresas de transporte aéreo. À época, foram apreendidos mais de 7,5 mil cigarros eletrônicos, destinados a pessoas físicas, pessoas jurídicas e distribuidoras em Manaus, em nota, informou a PF.

As investigações identificaram 11 suspeitos e 16 estabelecimentos comerciais, a maioria tabacarias, que funcionavam como pontos de vendas de cigarros eletrônicos. "A investigação identificou ainda a falsidade documental, principalmente de notas fiscais, para ludibriar a investigação".

"Uma distribuidora tentou introduzir o produto na cidade com nota fiscal de capas de telefones celulares. Ainda, durante a investigação, foi possível identificar que alguns proprietários dos estabelecimentos movimentaram grande quantidade de valores em espécie num curto período de tempo", destacou a nota. "As medidas cautelares de busca e apreensão visam, principalmente, retirar os produtos ilícitos de circulação e obter elementos que comprovem a prática dos crimes investigados, além de aprofundar a investigação sobre o destino dos recursos", completou a PF.

Ao todo, 110 policiais federais e 60 servidores da Receita Federal cumprem 27 mandados de busca e apreensão em locais classificados pela corporação como estratégicos em Manaus.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

WWW.DIARIODENOTICIAS.COM.BR

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Boston Celtics derrota Indiana Pacers de virada e se garante nas finais da NBA



(Foto: Divulgação)

Com uma cesta de três pontos de Derrick White nos instantes finais da partida, o Boston Celtics derrotou o Indiana Pacers na noite da última segunda-feira por 105 a 102 e garantiu presença na decisão da NBA. O resultado confirmou a superioridade da franquia do técnico Joe Mazzulla que assegurou o título da Conferência Leste de forma incontestável. Jaylen Brown foi eleito o MVP das finais e festejou bastante o resultado.

"Temos um grande time e queremos avançar ao próximo nível. Estamos muito confiantes com as nossas últimas atuações", comentou.

Os Celtics agora aguardam o vencedor do lado Oeste (que sai do duelo entre Dallas Mavericks e Minnesota Timberwolves) para decidir o título da temporada. A equipe vai disputar as finais da competição pela 23ª vez na história.

Na série de playoffs, o time obteve uma "varrida" (quatro vitórias em quatro partidas) em um jogo cheio de alternâncias no placar a partir do segundo quarto, quando o Indiana, empurrado por sua torcida, conseguiu a dianteira no marcador pela primeira vez. Um dos destaques do duelo, Jayson Tatum analisou o triunfo.

"Eu sabia que o Derrick White ia acertar aquela cesta (que definiu a vitória). Tinha certeza também que iríamos precisar lutar muito até o final para conseguir vencer. Mas são esses duelos que são bons de jogar. Partidas assim nos dão prazer de estar em quadra", afirmou.

Tatum terminou como o segundo maior pontuador do jogo (26), se destacou ao pegar 13 rebotes e foi o destaque dos Celtics ao lado de Brown, cestinha do duelo com 29 pontos.

A dupla comandou a equipe quando o Indiana Pacers imprimiu um ritmo mais forte no terceiro quarto. Herói do confronto, Derrick White vinha fazendo um papel correto na marcação. Mas foi no final, com uma cesta de três, que ele entrou para a história da partida. "Estava confiante. O time tinha resposta para todas as situações. Fizemos os movimentos certos e a vitória foi merecida", disse White.

Com o desfalque de Tyrese Haliburton, o destaque dos Pacers ficou por conta do armador Andrew Nembhard, que marcou 24 pontos e serviu os companheiros com dez assistências. Incansável, ele deu muito trabalho ao rival com suas infiltrações pelo meio do garrafão e também foi importante opção para os arremessos. No entanto, como todo o time, ele sucumbiu no final e viu o adversário fazer a festa em pleno Gainbridge Fieldhouse.

O técnico Rick Carlisle lamentou o resultado e a saída precoce de sua equipe no quarto jogo da série de playoffs. No entanto, reconheceu a força dos Celtics. "Temos que dar o crédito a eles pelo que fizeram no final dos últimos dois jogos", reconheceu.

LIBERTADORES 2024
FASE DE GRUPOS – 6ª RODADA

GRUPO A				
Fluminense	x	Alianza Lima	29/05	21:30
Cerro Porteño	x	Colo-Colo	29/05	21:30
GRUPO B				
São Paulo	x	Talleres	29/05	21:30
Barc. de Guayaquil	x	Cobresal	29/05	21:30
GRUPO C				
Grêmio	x	The Strongest	29/05	19:00
Estudiantes	x	Huachipato	29/05	19:00
GRUPO D				
Junior Barranquilla	x	**Botafogo**	28/05	19:00
LDU	x	Universitário	28/05	19:00
GRUPO E				
Flamengo	x	Millonarios	28/05	21:00
Bolívar	x	Palestino	28/05	21:00
GRUPO F				
Palmeiras	x	San Lorenzo	30/05	19:00
Indep. del Valle	x	Liverpool-URU	30/05	19:00
GRUPO G				
Atlético-MG	x	Caracas	28/05	19:00
Peñarol	x	Rosario Central	28/05	19:00
GRUPO H				
River Plate	x	Deportivo Táchira	30/05	21:00
Libertad	x	Nacional-URU	30/05	21:00

FONTE Conmebol

INFOGRAFFO

Endrick ganha festa de despedida do Palmeiras e se emociona com homenagem

O jovem Endrick, de 17 anos, faz o último jogo pelo Palmeiras na próxima quinta-feira, em duelo contra o San Lorenzo no Allianz Parque, pela Libertadores. O atacante ganhou uma festa de despedida da equipe alviverde de amigos e familiares e se emocionou ao falar sobre a saída do clube.

"Agradeço muito a minha mãe, meu pai, o Noah, Gabriely, essas pessoas que sempre estão comigo", disse Endrick em um trecho do discurso. A festa teve a presença de companheiros de time de Endrick, como o meia Raphael Veiga e os laterais Piquerez, Marcos Rocha e Vanderlan, além do zagueiro Murilo. O técnico Abel Ferreira também prestigiou o jovem.

Durante a despedida, houve ainda uma dedicatória da namorada, Gabriely Miranda, ao jogador. "Você merece tudo de mais incrível que existe. Brilhe muito, chegou sua hora de brilhar mais e mais Saiba que vou estar sempre aqui para ser seu refúgio de paz. Eu te amo", declarou a modelo. A festa também contou com a distribuição de um copo personalizado com a imagem de Endrick com a camisa do Palmeiras e a frase "até logo". Em campo, a despedida de Endrick na noite de Copa Libertadores terá casa cheia. O Palmeiras anunciou que mais de 30 mil ingressos foram vendidos para o jogo contra o San Lorenzo, e o duelo tem mais um ingrediente especial.

Brasil vence Japão de virada e mantém invencibilidade na Liga das Nações Feminina de vôlei

(Foto: Divulgação)



A seleção brasileira feminina de vôlei segue invicta na Liga das Nações. Na manhã de ontem, em Macau, o time do técnico Zé Roberto Guimarães derrotou o Japão por 3 sets a 2, parciais de 24/26, 26/24, 19/25, 25/20 e 15/11. Com o resultado, o time nacional se mantém invicto no torneio. São cinco vitórias em cinco confrontos. Na etapa do Rio de Janeiro, o Brasil superou Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos e Sérvia.

Para garantir o triunfo, as brasileiras tiveram que buscar o empate para, no quinto set, determinar a virada. O Brasil volta a jogar na próxima quinta-feira pela competição, quando enfrenta a seleção holandesa às 8h30, horário de Brasília.

O primeiro set teve um início preocupante. O Brasil não conseguiu encaixar seu ataque e sofreu com a variação ofensiva das japonesas. Com velocidade e precisão, o Japão imprimiu um ritmo forte e logo abriu uma vantagem de 5 a 1.

Apreensivo, o técnico Zé Roberto Guimarães pediu foco à seleção brasileira e, aos poucos, a partida foi ficando equilibrada. Após sustentar uma vantagem de três pontos por um bom tempo, principalmente explorando a ponteira Ishikawa, o Japão passou a ser barrado pelo bloqueio brasileiro.

O time nacional começou a incomodar as japonesas, e na base da criatividade, em jogada de Carol, a seleção conseguiu a igualdade em 16 a 16. O equilíbrio se manteve até o fim do primeiro set. Na chance de definir a parcial, no entanto, o bloqueio japonês prevaleceu. Em seguida, com um set point a favor, o Japão fechou em 26 a 24.

O segundo set teve um início diferente em relação à primeira parcial. Com dois pontos de saque de Gabi, o Brasil abriu 4 a 1, mas logo cedeu ao jogo de variações das rivais, que conseguiram a igualdade em 6 a 6. A sequência foi marcada pelo equilíbrio, com as duas seleções trocando pontos e deixando o confronto empatado.

De Bruyne e Witsel comandam a nova geração da seleção da Bélgica na Eurocopa

Kevin de Bruyne, experiente armador do Manchester City, e Axel Witsel, meia do Atlético de Madrid, vão ter a responsabilidade de comandar a seleção da Bélgica na disputa da Eurocopa, que vai ter início no dia 14 de junho e terá a Alemanha como sede do torneio.

A dupla, remanescente da chamada geração de ouro da Bélgica, encabeça a lista de 25 nomes divulgada pelo técnico Domenico Tedesco ontem, em Bruxelas. A ausência fica por conta do goleiro Thibaut Courtois, que enfrentou uma temporada de lesões e retorna agora ao Real Madrid.

Embora a presença de De Bruyne, 32, fosse esperada, a inclusão de Witsel, 35, causou surpresa, já que o treinador não o chamou em sua última convocação. Em função da ausência, o atleta chegou a anunciar sua aposentadoria da seleção nacional. Tedesco, no entanto, justificou sua opção pelas recentes apresentações do veterano meia pelo Atlético de Madrid. O treinador chegou a viajar para a Espanha a fim de conversar com o atleta sobre o seu retorno.

"Em primeiro lugar, o que importa é a qualidade. Não há dúvida de que o Witsel é um jogador de altíssimo nível e precisamos dele. É experiente e pode ajudar os mais jovens na seleção, independentemente de ser titular", comentou Tedesco.

Campeão olímpico em 2016, Thiago Braz é suspenso 16 meses por doping e está fora de Paris-2024



(Foto: Divulgação)

O sonho do campeão olímpico Thiago Braz disputar os Jogos Olímpicos de Paris-2024 chegou ao fim ontem. Suspenso preventivamente desde julho de 2023, quando foi flagrado em exame antidoping, o brasileiro do salto com vara teve suspensão divulgada de 16 meses e só estará liberado para voltar às disputas no fim do ano. Desta maneira, não poderá buscar seu terceiro pódio seguido após ouro no Rio-2016 e bronze em Tóquio, disputado em 2021.

A World Athletics (Federação Internacional de Atletismo) havia suspendido o brasileiro provisoriamente após ele testar positivo para ostarina, uma substância que aumenta a massa muscular.

Nesta terça-feira, a Athletics Integrity Unit (AIU) anunciou a punição definitiva.

"A Unidade de Integridade do Atletismo (AIU) proíbe o campeão olímpico da Rio-2016, Thiago Braz, por 16 meses pela presença de glicuronídeo de ostarina após o atleta ter consumido suplementos esportivos contendo a substância proibida. O saltador com vara brasileiro de 30 anos, que conquistou o ouro olímpico diante de sua torcida há oito anos e conquistou o bronze em Tóquio cinco anos depois, agora perderá a Olimpíada de Paris-2024"", oficializou a AIU.

Apesar de a defesa do atleta ter alegado que os suplementos utilizados na edição de Estocolmo da Diamond League não tinham substâncias proibidas pela WADA (Agência Mundial Antidoping), a World Athletics considerou Thiago Braz culpado, definindo que ele "violou as Regras Antidoping do Atletismo Mundial."

Gabriel Magalhães representa o Brasil em seleção do Campeonato Inglês eleita pela torcida

O Arsenal mais uma vez desperdiçou grande chance de ser campeão nacional, perdendo o título para o Manchester City na última rodada. Mas o torcedor reconheceu a bela campanha da equipe e escolheu quatro jogadores da equipe para a seleção ideal do Campeonato Inglês, entre eles o brasileiro Gabriel Magalhães.

Dono disparado da melhor defesa da competição, com somente 29 gols sofridos, o Arsenal emplacou quatro dos cinco defensores escolhidos pelos torcedores que foram à página da Premier League (organizadora do Campeonato Inglês) votar.

Além de Gabriel Magalhães, ainda foram eleitos o goleiro espanhol Raya, o lateral-direito inglês Ben White e o companheiro de zaga, o francês Saliba. O brasileiro deixou a equipe machucado na última rodada, na virada de 2 a 1 sobre o Everton, com um problema no braço e faz recuperação no Brasil, onde passará as férias.

Tetracampeão inglês, o Manchester City também emplacou quatro representantes na seleção, formando quase todo o meio-campo, com o espanhol Rodri, o belga Kevin De Bruyne e o inglês Phil Foden. Fechou o setor Palmer, do Chelsea.

O artilheiro Haaland era barbada na escolha por mais uma temporada goleadora. O astro norueguês formou a dupla ofensiva com Watkins, do surpreendente Aston Villa, quarto colocado. Não houve eleição de treinador.

Após péssima campanha no Campeonato Inglês, terminando somente no oitavo lugar, o Manchester United não teve nenhum representante, assim como o Tottenham, mesmo com o time acabando no quinto lugar, e o Newcastle.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Porte Desenvolvimento Urbano S.A.

(em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações

Data, hora e local: Aos 02/05/2024, às 10h, em São Paulo/SP, na Rua Vilela, nº 665, 2º andar, sala 202, Tatuapé, CEP: 03314-000. **Convocação e presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, estando presente a totalidade dos Acionistas Fundadores da Companhia representando a totalidade dos Acionistas Fundadores conforme Lista de Presença. **Mesa:** Presidente: Sr. Marco Antônio Melro; **Secretária:** Sra. Sandra Gaspar Vasconcellos Melro. **Ordem do dia:** Deliberar sobre (i) o Estatuto Social; (ii) o capital social e a subscrição e forma de integralização das ações; e (iii) eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** Após a discussão das matérias da ordem do dia, os Acionistas Fundadores deliberaram e aprovaram à unanimidade e sem quaisquer restrições: **(i)** o Estatuto Social da Companhia, o qual está anexado à presente ata ("Anexo II"); **(ii)** o capital social da Companhia no valor de R$ 1.000,00, divido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e que será integralizado em moeda corrente nacional na forma do boletim de subscrição anexos ("Anexo III" e "Anexo IV"), observada a obrigação de integralização de pelo menos 10% do Capital pelos Acionistas Fundadores e depositado em instituição financeira nacional até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição perante a Junta Comercial de São Paulo (JUCESP); **(iii)** eleger como Diretor da Companhia, com mandato de 03 anos, o Sr. **MARCO ANTÔNIO MELRO**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.733.602-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.100.078-26, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, com endereço comercial na Rua Antônio Camardo, nº 660, Tatuapé, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 0309-060; o qual tomou posse conforme Termo de Posse anexado à presente ata ("Anexo V"). A Assembleia Geral deliberará oportunamente sobre a remuneração do Diretor ora eleito. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Marco Antônio Melro** - Presidente, **Sandra Gaspar Vasconcellos Melro** - Secretária. **Advogado:** Carlos André Teixeira Ramos Novaes OAB/SP: 208.201. JUCESP/NIRE 3530063862-0 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo II - Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Organização, Sede e Prazo: Artigo 1º. Porte Desenvolvimento Urbano S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pela legislação aplicável e por este estatuto social. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Vilela, nº 665, 2º Andar, sala 202, Tatuapé, CEP: 03314-000. **Artigo 3º.** A Companhia pode abrir e encerrar filiais ou escritórios em qualquer lugar do país ou do exterior, mediante deliberação da assembleia geral. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social: Artigo 5º.** O objeto social da Companhia é administrar os bens próprios e participações no capital de empresas de qualquer ramo de atividades ou natureza jurídica. **Capítulo III - Capital Social e Ações: Artigo 6º.** O capital social da Companhia é de R$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. A Companhia poderá criar e emitir uma ou mais classes de ações preferenciais, observada este estatuto social e a legislação aplicável. **Artigo 7º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 8º.** A cada ação ordinária e nominativa corresponderá 1 voto nas deliberações de assembleias gerais. **Capítulo IV - Assembleias Gerais: Artigo 9º.** A assembleia geral será convocada, instalada e realizada nos casos e de acordo com as disposições legais aplicáveis a este estatuto social. **Parágrafo Único.** As assembleias gerais poderão ser realizadas por telefone, videoconferência ou por quaisquer outros meios aceitos por lei. **Artigo 10º.** Os acionistas se reunirão em assembleia geral ordinária nos primeiros 4 meses após o fim do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 11.** Os acionistas se reunirão em assembleia geral extraordinária sempre que os interesses sociais exigirem ou nos casos previstos em lei e neste estatuto social. **Artigo 12.** A assembleia geral será instalada e presidida por 1 diretor eleito no ato. **Parágrafo Único.** O presidente da assembleia geral escolherá um ou mais dos presentes para servir de secretário. **Capítulo V - Administração: Artigo 13.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 1 diretor sem designação específica, podendo cada diretor ser acionista ou não, residente no país ou não; eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 03 anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Artigo 14.** A diretoria possui amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias, de investimento e qualquer oura; realizar, liquidar ou movimentar aplicações, investimentos e demais recursos da Companhia; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis da Companhia. **Capítulo VI - Conselho Fiscal: Artigo 15.** O conselho fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado por solicitação de acionistas, de acordo com o disposto no presente estatuto social e na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** O conselho fiscal será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela assembleia geral. **Artigo 16.** Os membros do conselho fiscal terão um mandato unificado até a próxima assembleia geral ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício fiscal em que foram eleitos, sendo permitida a reeleição. A remuneração dos membros do conselho fiscal, sujeita a disposição da legislação aplicável, será fixada pela assembleia geral que os eleger. **Capítulo VII - Exercício Social, Balanço Patrimonial e Distribuição De Resultados: Artigo 17.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18.** Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, submetendo-as ao conselho de administração, que, após aprová-las, as submeterá à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **§1º** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da assembleia geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, respeitadas eventuais disposições legais e/ou estatutárias aplicáveis. Caso a assembleia geral seja omissa a respeito desse ponto, a Companhia deverá imputar os resultados apurados nos dividendos obrigatórios. **§2º** A Companhia, mediante deliberação da assembleia geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório. **Artigo 19.** O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação: a) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; b) 5% será distribuído como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável, inclusive as hipóteses que permitem a não distribuição do dividendo obrigatório; e c) o saldo remanescente terá destinação deliberada pela assembleia geral, observadas as demais disposições do presente estatuto social e a legislação aplicável. **Artigo 20.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Capítulo VIII - Da Dissolução, Extinção e Liquidação da Companhia: Artigo 21.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Capítulo IX - Transformação: Artigo 22.** A Companhia poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme disposto na Lei das SA, mediante deliberação dos acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo X - Das Disposições Gerais: Artigo 23.** No caso de algum acionista exercer o direito de retirada, nas hipóteses previstas na Lei das Sociedades Anônimas, o valor de reembolso devido por cada ação do respectivo acionista será determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela assembleia geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria. **Parágrafo Único.** O valor assim obtido será pago em até 60 parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela 30 dias após a apuração dos valores de reembolso, sendo as parcelas corrigidas segundo a variação do IPCA conforme a menor periodicidade permitida em lei. **Artigo 24.** Os casos omissos no presente estatuto social e não previstos na legislação aplicável, serão decididos pela assembleia geral. **Artigo 25.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, proposta no foro da Comarca de São Paulo/SP.

Bloco de Onze Aeroportos do Brasil S/A

CNPJ/MF nº 48.725.405/0001-13 – NIRE 35.300.604.679

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2024

Data, Hora e Local: 18/01/2024, às 14:15, de modo semipresencial, na sede da Companhia, e por videoconferência. **Convocação e Presenças**: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa**: Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Presidente. Napoleão Casado Filho – Secretário. **Deliberações**: **1**. A única acionista aprovou, sem ressalvas, as seguintes deliberações: **(i)** A alteração do endereço da sede da Companhia, a qual passará a ser na Avenida Washington Luís, s/nº, Vila Congonhas, São Paulo/SP, sendo aprovada a alteração do artigo 2 do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 2.** A Companhia tem seu foro no município de São Paulo/SP e sua sede na Avenida Washington Luís, s/n, bairro de Vila Congonhas, CEP: 04.626-911, São Paulo/SP."* **(ii)** Ainda restou aprovada a alteração dos artigos 3, 4, 7, 8, 9, 10, 10-B, 11, 15, 16, 17 e 18 do Estatuto Social e a inclusão do artigo 18-A, que passam a vigorar com as seguintes redações: *"**Artigo 3.** A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco SP/MS/PA/MG, propriamente o Aeroporto de Congonhas – São Paulo/SP (SBSP), Aeroporto de Campo Grande – Campo Grande/MS (SBCG), Aeroporto de Corumbá – Corumbá/MS (SBCR), Aeroporto Internacional de Ponta Porã – Ponta Porã/MS (SBPP), Aeroporto Maestro Wilson Fonseca – Santarém/PA (SBSN), Aeroporto João Corrêa da Rocha – Marabá/PA (SBMA), Aeroporto de Carajás – Parauapebas/PA (SBCJ), Aeroporto de Altamira – Altamira/PA (SBHT), Aeroporto Ten. Cel. Aviador César Bombonato – Uberlândia/MG (SBUL), Aeroporto Mário Ribeiro – Montes Claros/MG (SBMK), Aeroporto Mario de Almeida Franco – Uberaba/MG (SBUR), tudo em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, (a "ANAC" ou "Poder Concedente") e a Companhia (o "Contrato de Concessão"), em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022 (o "Edital do Leilão"), podendo a Companhia, para consecução do seu objeto social, realizar a atividade de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE 8599-6/04)." "**Artigo 4.** O capital social totalmente subscrito é de R$ 4.124.033.397,00, dividido em 4.124.033.397 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizado, até esta data, o importe de R$ 1.639.250.656,00. **§ 1º.** A Assembleia Geral deverá deliberar e aprovar os aumentos de capital da Companhia que se façam necessários. **§ 2º.** As integralizações de capital serão chamadas pela Diretoria da Companhia e deverão respeitar as disposições da Lei nº 6.404/1976, do Edital do Leilão e do Contrato de Concessão. **§ 3º.** As emissões e colocações de ações e debêntures conversíveis em ações serão realizadas com observância do direito de preferência assegurado aos acionistas, conforme disciplinado pelo artigo 171 da Lei nº 6.404/1976, bem como, se for o caso, a devida anuência prévia ou Comunicação posterior para ao Poder Concedente. **§ 4º.** É vedada a emissão de partes beneficiárias e bônus de subscrição pela Companhia, salvo mediante prévia e expressa anuência da ANAC." "**Artigo 7.** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 e no máximo 12 membros efetivos, pessoas naturais e residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato unificado de até 2 anos, permitida a reeleição. Eventuais suplentes poderão ser eleitos pela Assembleia Geral da Companhia para substituir os membros do Conselho de Administração em suas ausências ou impedimentos. **§ 1º.** Ao Conselho de Administração caberá deliberar sobre as matérias fixadas na Lei nº 6.404/1976 e neste Estatuto Social. **§ 2º.** Na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração será escolhido o presidente do Conselho de Administração, sendo certo que, em caso de empate, o presidente do Conselho de Administração possuirá voto de qualidade. Em caso de ausência ou vacância do Presidente do Conselho de Administração, o Conselheiro que ocupe o cargo de membro do Conselho de Administração há mais tempo exercerá o cargo durante a ausência ou, em caso de vacância, até a escolha em definitivo do novo Presidente pela primeira Assembleia Geral subsequente. Não existindo um único conselheiro que ocupe o cargo há mais tempo que os demais, o Presidente do Conselho de Administração será eleito por deliberação de seus membros. **§ 3º.** A investidura nos cargos de membro do Conselho de Administração far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado ou seu procurador, conforme o caso, dispensada a prestação de qualquer garantia." "**Artigo 8.** Se eleito, o suplente do membro do Conselho de Administração substituirá o respectivo membro efetivo em ausências temporárias, impedimentos ou em caso de vacância do cargo. **§ 1º.** No caso de vacância de cargos de membro efetivo do Conselho de Administração e de seu suplente, se for o caso, os membros remanescentes poderão indicar um substituto que exercerá o cargo até o provimento em definitivo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído. **§ 2º.** Em caso de vacância que reduzam o número de membros efetivos do Conselho de Administração a menos do que 5, será convocada a Assembleia Geral, dentro de 30 dias contados do evento que deu causa à substituição, para eleição e posse dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais Conselheiros." "**Artigo 9.** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocado na forma deste Estatuto Social. **§ 1º.** A cada ano, até a data de realização da 1ª reunião do Conselho de Administração (que deverá ser realizada até o final do 1º (primeiro) trimestre), o Conselho de Administração definirá o calendário das reuniões do Conselho de Administração a serem realizadas ao longo do ano. **§ 2º.** As convocações para as reuniões do Conselho de Administração sempre deverão ser feitas por escrito a cada membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 dias, por carta entregue a cada um dos membros ou, ainda, por mensagem eletrônica (e-mails) sujeita a confirmação ou carta registrada com aviso de recebimento. As convocações conterão, além da data, hora e local da reunião, breve descrição das matérias da ordem do dia, dispensada a convocação nas reuniões em que se verifique a presença da totalidade dos Conselheiros em exercício. Poderá, excepcionalmente, ser reduzida a antecedência mínima de convocação, na hipótese de realização de reunião objetivando a continuidade de discussões de matérias incluídas na ordem do dia, porém não deliberadas em reuniões anteriores, desde que presentes os mesmos Conselheiros presentes na reunião anterior. **§ 3º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas ordinariamente por seu Presidente ou seu respectivo suplente, quando aplicável, e extraordinariamente por no mínimo 2 quaisquer outros membros do Conselho, e serão instaladas com quórum mínimo de metade mais um da totalidade de seus membros. **§ 4º.** As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultada ainda aos membros do Conselho de Administração, a manifestação da reunião por meio da submissão prévia de voto por escrito ao Presidente. As reuniões realizadas em observância aos termos deste parágrafo serão consideradas entre presentes. **§ 5º.** O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício e as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos presentes. **§ 6º.** Caberá aos Conselheiros indicarem o secretário das reuniões do Conselho de Administração, bem como eventual suplente, se for o caso, sendo facultado aos Conselheiros, a qualquer tempo, a substituição do indicado." "**Artigo 10.** Ao Conselho de Administração caberá deliberar sobre as matérias fixadas na Lei nº 6.404/1976 e neste Estatuto Social, incluindo: (a) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser o Estatuto Social; (b) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (c) convocar a Assembleia Geral por meio de seu Presidente ou na ausência deste, por seu suplente nos termos do artigo 7º, caput, ou por no mínimo 2 (dois) outros membros do Conselho de Administração, sempre que julgar conveniente, e nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (e) submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (f) aprovar a compra de ações de emissão da Companhia, para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como a alienação de ações que estejam em tesouraria; (g) estabelecer a política e a orientação geral dos negócios da Companhia segundo os termos deste Estatuto Social e em conformidade com as deliberações tomadas em Assembleia Geral; (h) aprovar o orçamento plurianual ou qualquer alteração do mesmo; (i) aprovar o orçamento anual ou qualquer alteração do mesmo; (j) estabelecer a política de remuneração variável aos administradores e funcionários da Companhia (i.e., diretores e gerentes); (k) alterar o critério para fixação do preço de emissão de novas ações da Companhia; (l) determinar o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores, bem como autorizar o pagamento de juros sobre capital próprio ou declarar e determinar o pagamento de dividendos à conta de lucros apurados em tais balanços, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou em balanços intercalares, na forma prevista em lei; (m) aprovar o registro (e cancelamento de registro) da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como a listagem da Companhia, ou admissão de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, em bolsas de valores ou mercados e sistemas de negociação primária ou secundária, no Brasil e no exterior; (n) aprovar o resgate, amortização, recompra ou qualquer outro tipo de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (o) aprovar quaisquer transações da Companhia com seus administradores, partes relacionadas ou ainda administradores de partes relacionadas; (p) aprovar o endividamento da Companhia; (q) aprovar a contratação pela Companhia de financiamentos, empréstimos e/ou garantias, tais como fianças e seguros caução, exceto quanto tais instrumentos sejam emitidos por um terceiro em benefício de um credor em virtude de contratos de natureza comercial (i.e. não vinculados a financiamento) assinados pela Companhia, e o custo a responsabilidade assumida pela Companhia não exceda R$ 1.000.000,00; (r) aprovar a contratação de operações financeiras que contenham cláusula de vencimento antecipado da dívida da Companhia em caso de inadimplemento de obrigação de terceiro; (s) aprovar a aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência de bens do ativo não-circulante da Companhia; (t) aprovar a doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos; (u) aprovar a prestação, pela Companhia, de qualquer fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros; (v) aprovar o regimento de funcionamento do Conselho de Administração; (x) nomear, destituir os auditores independentes; (y) aprovar a contratação, e os respectivos orçamentos, pela Companhia, em valores superiores a R$ 11.000.000,00 além de forma relevante as políticas contábeis e práticas de divulgação de informações da Companhia, exceto quando exigido por lei ou pelos princípios contábeis aplicáveis; e (aa) deliberar sobre os atos que excedam os limites de competência da Diretoria, dentro de suas próprias atribuições. **§ Único.** Os seguintes documentos permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia: (i) contratos firmados pela Companhia e suas partes relacionadas e (ii) documentos relativos a quaisquer programas de opções de compra de ações, títulos ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia." "**Artigo 10-B.** O Conselho de Administração constituirá, com caráter permanente, uma Comissão de Auditoria ("Comissão de Auditoria"), órgão interno de caráter informativo e consultivo, sem funções executivas, com o propósito de informar, assessorar e formular propostas para o Conselho de Administração no âmbito da sua atuação (discriminada no § 13º, adiante). **§ 1º.** A Comissão de Auditoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 membros, nomeados pelo Conselho de Administração. Nada obstante, a Comissão de Auditoria poderá atuar caso, pelo menos, 2 de seus membros tenham sido nomeados. Todos os membros da Comissão de Auditoria deverão ser necessariamente membros do Conselho de Administração. **§ 2º.** A investidura no cargo de membro da Comissão de Auditoria dar-se-á mediante a assinatura do termo de posse firmado pelo membro nomeado ou seu representante, conforme o caso, dispensada a prestação de qualquer garantia. Os termos de posse dos membros da Comissão de Auditoria serão lavrados no livro de atas do Conselho de Administração. **§ 3º.** O mandato dos membros da Comissão de Auditoria será de até 2 anos, permitida a reeleição. No entanto, deixarão de exercer tal cargo antes do final do mandato se, por qualquer motivo, deixarem de ser membros do Conselho de Administração ou se o Conselho de Administração assim decidir, mediante deliberação tomada pela maioria dos seus membros presentes. Tais regras se aplicam integralmente inclusive ao presidente da Comissão de Auditoria. **§ 4º.** O presidente da Comissão de Auditoria ("Presidente da Comissão de Auditoria") será um membro que não ocupe cargo executivo na Companhia, independentemente de existirem membros independentes, e será eleito por deliberação do Conselho de Administração. **§ 5º.** No caso de empate, o Presidente da Comissão de Auditoria terá voto de qualidade nas deliberações da Comissão de Auditoria. **§ 6º.** No caso de vacância ou na ausência do Presidente da Comissão de Auditoria, o membro da Comissão de Auditoria que ocupe o cargo de membro do Conselho de Administração há mais tempo ocupará o cargo de Presidente da Comissão de Auditoria durante a ausência ou, no caso de vacância, até a eleição, pelo Conselho de Administração, do próximo presidente. Não existindo um único conselheiro que ocupe o cargo há mais tempo que os demais, o Presidente da Comissão de Auditoria será eleito por deliberação de seus membros. **§ 7º.** O cargo de secretário da Comissão de Auditoria será ocupado pelo Secretário do Conselho de Administração, que comparecerá às reuniões, mas não terá direito a voto. **§ 8º.** As reuniões da Comissão de Auditoria serão convocadas ordinariamente pelo Presidente da Comissão de Auditoria e serão realizadas, por no mínimo 2 de seus membros, e serão instaladas com quórum mínimo de metade mais um de todos os seus membros. **§ 9º.** A Comissão de Auditoria somente deliberará com a presença da maioria dos seus membros e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **§ 10º.** Aplicar-se-ão à Comissão de Auditoria as regras sobre convocação, constituição e adoção de deliberações estabelecidas no Estatuto Social para o Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá estabelecer regras específicas de funcionamento da Comissão de Auditoria de acordo com as disposições deste Estatuto Social. **§ 11º.** Será lavrada a respectiva ata das reuniões da Comissão de Auditoria, assinada por todos os seus membros, que deverá ficar à disposição de todos os membros do Conselho de Administração. **§ 12º.** Será de competência da Comissão de Auditoria, sem prejuízo de qualquer outra função que o Conselho de Administração lhe venha a atribuir: (a) apoiar o Conselho de Administração nas suas funções de fiscalização, quando solicitado, podendo reportar à Assembleia Geral de Acionistas sobre as questões que surgirem relacionadas às matérias da competência da Comissão de Auditoria; (b) atuar no âmbito dos sistemas de informação e controle interno, informação financeira; controle e gestão de riscos; coordenação dos órgãos responsáveis pelo compliance da Companhia; prevenção de comportamento inadequado; supervisão da gestão do canal de reclamações e do relatório anual à Diretoria do Sistema de Compliance; (c) submeter a proposta de nomeação do auditor externo ao Conselho de Administração, fiscalizar a execução do plano de auditoria e a aplicação das recomendações do auditor externo; zelar e preservar a sua independência do auditor externo no exercício das suas funções; (d) analisar e opinar a respeito das contas anuais da diretoria da Companhia e prestar informações a respeito para o Conselho de Administração, previamente à apresentação e deliberação sobre as contas na Assembleia Geral; e (e) prestar informações para o Conselho de Administração sobre negócios jurídicos a serem firmados entre a Companhia e partes relacionadas, para que o Conselho de Administração possa aprovar ou não a realização de tal negócio jurídico. **§ 13º.** A Comissão de Auditoria atuará, sob a coordenação do Presidente da Comissão de Auditoria, na defesa dos interesses sociais, contribuindo para a boa governança corporativa da Companhia, de acordo com o disposto neste Estatuto Social. Para tanto, contarão com os recursos materiais e humanos, internos ou externos, adequados e razoavelmente necessários ao exercício de suas funções e responsabilidades, podendo a Assembleia Geral, se assim entender, destacar uma dotação específica no orçamento da Companhia para a Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria poderá, no âmbito de suas atribuições, apresentar recomendações ou propostas ao Conselho de Administração. **§ 14º.** A Comissão de Auditoria elaborará relatório anual contendo as atividades por ela desenvolvidas, a ser apresentado para o Conselho de Administração." "**Artigo 11.** A Diretoria Executiva é composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 5 Diretores, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de até 3 anos, que se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos, sendo permitida a reeleição, todos com experiência e qualificação condizentes com os cargos, observando-se critérios adotados em mercado, com as designações seguintes: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Geral; (iii) Diretor Econômico-financeiro; (iv) Diretor Jurídico; (v) Diretor de Operações, Infraestrutura e TIC; além de outros, podendo tais cargos serem acumulados por um mesmo Diretor a critério do Conselho de Administração. **§ 1º.** A investidura no cargo de Diretor far-se-á mediante após a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **§ 2º.** Ao final de seus mandatos, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores. **§ 3º.** No impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor Geral. No caso de impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente e do Diretor Geral, os mesmos serão substituídos por um dos demais Diretores, designado pelo Conselho de Administração. **§ 4º.** Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o substituto será eleito pelo Conselho de Administração e exercerá mandato pelo tempo que faltar ao diretor substituído." "**Artigo 15.** Ao Diretor Geral compete: (a) substituir ao Diretor Presidente, em caso de vacância ou ausência; (b) assistir ao Diretor Presidente na realização de suas funções e (c) coordenar e orientar as atividades dos diretores que estejam a ele subordinados hierarquicamente." "**Artigo 16.** Ao Diretor Econômico-financeiro compete: (a) dirigir as atividades financeiras da Companhia, incluindo, sem limitação, as operações de captação de recursos de terceiros ou operações envolvendo instituições financeiras; (b) representar institucionalmente a Companhia perante as instituições financeiras, fundos de investimentos e demais entidades financiadoras; (c) acompanhar a prestação de garantias pessoais ou reais prestadas pela Companhia autorizadas pelo Conselho de Administração, bem como a contratação de seguros em geral; (d) preparar as normas administrativas e instruções de serviços; (e) elaborar o Relatório Anual da administração em conjunto com os demais membros da Diretoria; (f) supervisionar os serviços contábeis e a elaboração de demonstrações financeiras periódicas e anuais." "**Artigo 17.** Ao Diretor Jurídico compete a gestão e coordenação de todos os assuntos jurídicos e da área de conformidade (compliance) da Companhia." "**Artigo 18.** Ao Diretor de Operações, Infraestrutura e TIC compete: (a) elaborar os planos operacionais da Companhia; (b) executar esses planos operacionais; e (c) dirigir as atividades operacionais, infraestrutura e de tecnologia da informação e comunicação com a sua estrutura organizacional." "**Artigo 18-A.** Observado o que dispõe este Estatuto Social, a Diretoria tem os mais amplos e gerais poderes de representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, a administração e a gestão dos negócios sociais, considerando-se a Companhia validamente obrigada: (a) mediante a assinatura conjunta de 2 Diretores; (b) mediante a assinatura conjunta de um Diretor e um Procurador; ou (c) mediante a assinatura de dois procuradores, nos limites dos poderes que lhes forem conferidos, na forma prevista no parágrafo único deste artigo."* **(iii)** Restou aprovado o projeto do Estatuto Social. **(iv)** A única acionista aprovou a eleição de dois novos membros do Conselho de Administração: **(a) Noelia Martínez Morato**, portador do Passaporte nº PAJ621718; **(b) Antonio Fernández Poyato**, portador do Passaporte nº PAR543913 e **(c) María Teresa Gómez Condado**, portadora do Passaporte nº PAN996976, como membros do Conselho de Administração, devendo permanecer em seus cargos até a eleição de seus substitutos. Os membros ora eleitos aceitam o cargo e declaram não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **(v)** Aprovou-se o Plano de Remuneração dos Membros do Conselho de Administração. **(vi)** Não houve outras deliberações de interesse da Companhia. **Encerramento**: Nada mais a tratar. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 61.468/24-1 em 07/02/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543

COMUNICADO AO MERCADO

O **AgroGalaxy Participações S.A.** (B3: AGXY3) ("Agrogalaxy" ou "Companhia") conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de maio de 2024, informa da alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para a realização de suas publicações oficiais que passa a ser o Diário da Manhã da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, e ainda, que procederá com a sua ratificação em sede de Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 28 de maio de 2024.

AgroGalaxy Participações S.A.

Eron Martins

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

INBRANDS S.A.

(Companhia Aberta) - CNPJ/MF nº 09.054.385/0001-44 - NIRE 35.300.362.870

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da INBRANDS S.A. ("Companhia"), por seu Presidente, Sr. Nelson Alvarenga Filho, tem a honra de convidar os Senhores acionistas para se reunirem no dia 24 de junho de 2024, às 10 horas, em **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE"), a ser realizada na sede da Companhia localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Blocos C/E e G - Piso Panamby, lojas 102, I, J e K, Jardim São Luiz, CEP 05804-900, a fim de deliberar sobre a redistribuição dos cargos do Conselho de Administração da Companhia, com a alteração do Presidente. **Informações Gerais**: Para tomar parte e votar na AGE, cada acionista deverá apresentar à Companhia, o seu documento de identidade, documentos comprobatórios de sua representação e comprovante de sua condição de acionista expedido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia, na forma do Artigo 126 da Lei 6.404/1976. Todos os documentos e informações relacionados à matéria a ser deliberada na AGE encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na forma da legislação aplicável. São Paulo, 24 de maio de 2024. Nelson Alvarenga Filho - Presidente do Conselho de Administração.

ALIANÇA METALÚRGICA S.A.

CNPJ/ME nº 61.143.632/0001-07 - NIRE 35300062124

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital de Convocação, ficam os senhores Acionistas da ALIANÇA METALÚRGICA S.A, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia **11 de junho de 2024, às 9 horas**, na sede social da companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Freire Bastos, nº 89, Jaçanã, CEP 02261-900, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia (i) Aprovação das contas da companhia do ano de 2023; e (ii) Formalização da renúncia do Diretor Geral; (iii) Alteração dos artigos 14º, 17º, caput e parágrafos primeiro e terceiro e artigo 19º do Estatuto Social da Companhia. e (iv) outros assuntos de interesse social da Companhia.

Daisy Lili Maria Kehl Lowenstein - Diretora Presidente.

BGPS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 37.606.317/0001-86 - NIRE 35.300.552.458

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

1. Presenças: da totalidade dos acionistas e representantes que compõem o Capital Social. **2. Deliberações: a.** Aprovadas por unanimidade as demonstrações contábeis e prestação de contas da diretoria relativas ao exercício de 2023. Barueri, 27 de março de 2024. Luiz Gustavo Loureiro de Mello - Presidente da AGO-AGE, Camila Loureiro de Mello Margarido Pereira - Secretária da AGO-AGE. JUCESP em 30/04/2024 nº 193.225/24-4, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Associação Brasileira de Foot Table

CNPJ nº 44.343.552/0001-78

Edital de Convocação

A Associação Brasileira de Foot Table, CNPJ nº 44.343.552/0001-78, **convoca os associados para participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** a ser realizada no dia 18 de junho de 2024 às 13h na sede social da sociedade, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-001, para deliberar sobre (i) eleição dos membros do Conselho Fiscal; (ii) aprovação da prestação de contas do exercício social de 2022 e de 2023; (iii) aprovação da alteração do Estatuto Social da sociedade. Qualquer associado poderá solicitar análise dos documentos referente às deliberações, que encontram-se armazenadas na sede da associação. São Paulo, 28 de maio de 2024. Presidente da Associação de Foot Table.

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

ERRATA

Retificação do Edital de Leilão - Omissão de Lote

Prezados participantes do leilão, Informamos que houve duas omissões no edital do leilão realizado em 17/05/2023. O lote 048 não foi incluído no edital.

Pedimos desculpas pelo erro e incluímos o lote omitido:

Lote 048: MERCEDES BENZ B200 2009 AT - PRATA - GASOLINA Chassis: J432062

Pedimos desculpas pelo inconveniente e estamos disponíveis para esclarecimentos.

Entre em contato com nossa equipe de atendimento ao cliente.

Atenciosamente, Mesquita Leilões

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

RESUMO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2024
PREGÃO, na forma ELETRÔNICA Nº 008/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

JOÃO DE ALTAYR DOMINGUES, Prefeito de Pereira Barreto – SP, faz saber que se acha aberto até às **08h59min** do dia **18 de junho de 2024**, o Pregão Eletrônico nº 008/2024, do tipo menor preço por item, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviço de fornecimento de refeições para a Delegação do Município de Pereira Barreto (atletas, técnicos e equipe de apoio) para o 66º Jogos Regionais , a ser realizado na cidade de Araçatuba, no período de 17 a 27 de julho de 2024, que inclui café da manhã, almoço, jantar e ceia, com uma média de 100 pessoas/dia, em atendimento a solicitação do Departamento Municipal de Esportes. Para mais informações no Dep. de Licitações pelo fone (18) 3704-8505 / 8569- pelos e-mails: patricia.shirosawa@pereirabarreto.sp.gov.br / licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br, ou ainda o Edital completo no website: www.pereirabarreto.sp.gov.br.

Pereira Barreto - SP, 28 de maio de 2024.

João de Altayr Domingues
Prefeito

Colégio Bandeirantes Ltda.

CNPJ nº 60.882.313/0001-42 - NIRE 35.217.460.461

Ata da Assembleia de Sócios realizada em 06 de Maio de 2024

Data, Hora, Local: 06.05.2024, às 20h, na forma **Semipresencial**, em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 81/2020, **presencialmente** na sede social, Rua Estela, nº 268, São Paulo/SP e **à distância** mediante atuação remota via sistema eletrônico. **Convocações**: **(i)** Convocação, com aviso de recebimento, enviada a todos os sócios com data de 26.04.2024; e **(ii)** Edital de Convocação publicado nas edições de 26, 29 e 30.04.2024, do jornal Diário de Notícias e Diário Oficial do Estado de São Paulo.. **Presença**: Sócios titulares de quotas representativas de 99,99% do capital social, e ainda, os Srs. Eduardo Tambor Júnior, Diretor Geral e Operações, e Helena Stefania de Salles Aguiar, Diretora de Planejamento Estratégico e Integração, e Sr. Ricardo Estrella, auditor independente. **Mesa**: Eduardo Tambor Jr., Presidente; Mauro Takahashi Mori, Secretário. **Deliberações Aprovadas**: **I.** Os sócios presentes aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário das deliberações; **II.** Os sócios representando 99,9% do capital social, deliberaram por: **(a)** aprovar integralmente as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, as quais foram tempestivamente colocadas à disposição dos sócios, consignados os votos contrários das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda.; e **(b)** Os prejuízos apurados no exercício social encerrado em 31.12.2023 sejam destinados à conta de prejuízos acumulados da Sociedade, consignada a abstenção das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda.; **III.** O capital social se encontra totalmente subscrito e integralizado, os sócios, por voto dos presentes, consignada a abstenção das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda., aprovam o aumento do capital social no valor de R$ 10.372.131,00 mediante a emissão de 10.372.131 novas quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada; passando o capital social **de** R$ 57.026.560,00, representado por 57.026.560 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada **para** R$ 67.398.691,00 representados por 67.398.691 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada; **IV.** Resta consignado que a totalidade das 10.372.131 novas quotas é subscrita, neste ato, pela sócia BCMD Participações S.A. ("BCMD"), com a expressa renúncia dos sócios Beatriz Salles Aguiar ("Beatriz"), Mauro de Salles Aguiar ("Mauro"), Vera Helena de Salles Aguiar ("Vera") e BLAM Participações Ltda. ("Blam") ao exercício de seus direitos de preferência na subscrição das referidas novas quotas. As quotas ora subscritas pela sócia BCMD Participações S.A. são integralizadas mediante capitalização do saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor de R$ 10.372.130,61 e, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 0,39; **V.** Resta igualmente consignado que, nos termos do artigo 1.081, §1º, do Código Civil, os demais sócios terão o prazo de 30 dias para exercerem o direito de preferência na subscrição das quotas ora emitidas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social, de acordo com as seguintes condições: **(i)** o prazo para o exercício do direito de preferência será contado a partir da data da publicação da ata da Assembleia de Sócios realizada nesta data; **(ii)** o pagamento das quotas deverá ser efetuado à vista, em dinheiro e/ou cheque administrativo nominal à BCMD; e **(iii)** a BCMD transferirá as correspondentes quotas aos sócios que exercerem o direito de preferência, comprometendo-se, juntamente com os sócios Beatriz, Mauro, Vera Helena e BLAM a providenciar, no prazo de 30 dias contados do recebimento do pagamento mencionado no item anterior, a assinatura do competente instrumento particular de alteração do Contrato Social, de maneira a formalizar a transferência de quotas; **VI.** Em consequência das deliberações tomadas nos itens acima, os sócios presentes, consignada a abstenção das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda., aprovam a alteração do *caput* do artigo 4º do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 4º -** O capital social é de R$ 67.398.691,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e em bens, dividido em 67.398.691 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: **Sócios-Quantidade de Quotas - Valor (R$):** BCMD Participações S.A. - 67.361.255 - 67.361.255,00; Beatriz Salles Aguiar - 8.990 - 8.990,00; Mauro de Salles Aguiar - 8.991 - 8.991,00; Vera Helena de Salles Aguiar - 17.982 - 17.982,00; Maria Aparecida Hirs - 689 - 689,00; Diego Hirs - 172 - 172,00; Gabriel Gibran Hirs - 172 - 172,00; Carolina Hirs Rinaldi - 172-172,00; Marco Antonio Tuma Hirs - 172 - 172,00; Espólio de José A.de M. Salles - 95 - 95,00; BLAM Participações Ltda.- 1 - 1,00; Total - **67.398.691 - 67.398.691,00.*** **VII.** Os sócios, por unanimidade dos presentes, consignada a abstenção das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda., aprovam a alteração do artigo 23 do Contrato Social para (i) permitir que os administradores declarem, proporcionalmente à participação dos sócios no capital social, juros sobre capital próprio, lucros intermediários ou intercalares à conta de reserva de lucros, do resultado do exercício ou daqueles lucros existentes no último balanço anual, semestral ou em períodos menores, respeitado o disposto na legislação em vigor e neste Contrato Social e (ii) que os lucros intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio, declarados e/ou pagos em cada exercício social, poderão, a critério dos sócios representando a maioria do capital social, ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório pertinente ao exercício social em que forem distribuídos ou pagos. Em razão da deliberação supra, o artigo 23 do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 23º** - A Sociedade poderá declarar, por deliberação da administração e proporcionalmente à participação dos sócios no capital social, lucros intermediários ou intercalares à conta de reserva de lucros do resultado, do exercício ou daqueles lucros existentes no último balanço anual, semestral ou em períodos menores, respeitado o disposto na legislação em vigor e neste Contrato Social. **§1º** - A administração poderá pagar juros sobre o capital próprio aos sócios. **§2º** - Os lucros intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio, declarados e/ou pagos em cada exercício social, poderão, a critério dos sócios representando a maioria do capital social, ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório pertinente ao exercício social em que forem distribuídos ou pagos."* **VIII.** Os sócios aprovam por unanimidade dos presentes, consignada a abstenção das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda., a celebração da 21ª alteração do Contrato Social em decorrência do aumento do capital social e da alteração do artigo 23; **IX.** Os sócios autorizam por unanimidade dos presentes, consignada a abstenção das sócias Beatriz Salles Aguiar e Blam Participações Ltda., a administração da Sociedade a tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 06.05.2024. **Eduardo Tambor Jr. -** Presidente da Mesa, **Mauro Takahashi Mori -** Secretário da Mesa. JUCESP nº 164.905/24-8 em 22.05.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL
edital nº 12 de 28 de maio de 2024.
Pregão Eletrônico N° 90007/2024

Objeto: Registro de preços de cestas básicas destinadas a população em situação de vulnerabilidade pertencente à secretaria municipal de desenvolvimento social. – Abertura da sessão: 19/06/2024 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou obtidos mediante entrega de 01 (um) Pendrive, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 28 de maio de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Eletrônico n°24/2024 - Tipo de Licitação "Menor Valor Por Item"
Processo Administrativo nº 732/2024 - Edital de Licitação n° 28/2024

***OBJETO**: registro de preços para Aquisição de Escoramento de vala no modelo de blindagem de AÇO composto por 2 placas e 4 estroncas com ajustes (telescópicas), peso máximo de 500 kg. Equipamento com possibilidade de desmontagem e montagem no local de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saneamento Básico. A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:* ➢ *Local*: https://bll.org.br//. ➢ *Início de envio da Proposta*: **29 de maio de 2024.** ➢ *Recebimento de Propostas até*: **19 de junho de 2024** – Horas: **08h 30min.** ➢ *Início dos lances*: **19 de junho de 2024** – Horas: **09h00min.** Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital: 1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: compras1@itirapina.sp.gov.br licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br

Itirapina, 28 de maio de 2024.

FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

Gilza Negócios Imobiliários S.A.

NIRE.JUCESP. 35.300.188.527 em 26.11.2001 - CNPJ.MF. 04.801.983/0001-16

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Dia 17.05.2024, às 11.00hs., na sede social, em São Paulo, SP. **Convocação**: Dispensada. **Presenças**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente, Sr. Gilberto Zaborowsky. Secretário, Sr. David Zaborowsky. **Deliberações unânimes**: **1**. Alterar o Artigo 9º do Estatuto Social. **2**.Alterar o Artigo 10 do Estatuto Social. **3**. Alterar o Artigo 11 do Estatuto Social. **4**. Alterar o Artigo 12 do Estatuto Social. **5**. Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo 2. Nada mais. Formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob o nº 207.090/24-5 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Sindicato dos Condutores em Transporte Rodoviários de Cargas Próprias de São Paulo – SINDICAPRO

CNPJ/MF nº 00.769.148/0001-95

EDITAL

O Sindicato dos Condutores de Cargas Próprias de São Paulo – SINDICAPRO, situada na Rua Conselheiro Crispiniano, 398 – 4º andar, Centro, São Paulo-SP, neste ato representado pelo Diretor Presidente, comunica os trabalhadores MOTORISTA DE CAMINHÃO, MOTORISTA VEICULO UTILITÁRIO e AJUDANTE DE MOTORISTA na INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE PEQUENAS ESTRUTURAS DA CNI, que foi firmada Convenção Coletiva com o Sindicato Patronal: SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE PEQUENAS ESTRUTURAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, já disponibilizada em nossas redes sociais, e nos termos do estabelecido na alínea "d" do TAC nº 000006.2024, do IC 001977.2014.000/8, fica aberto o prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste Edital para trabalhador exercer seu direito de OPOSIÇÃO.

São Paulo, 28/05/2024 – **Almir Macedo Pereira** – Presidente.

Zabo Engenharia S.A.

NIRE. 35.300.321.260 em 23.02.2005 - CNPJ.MF. 07.258.168/0001-40

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Dia 17.05.2024, às 10.00hs., na sede social, em São Paulo, SP. **Convocação**: Dispensada. **Presenças**: Totalidade do capital social. **Mesa**: Presidente, Sr. Gilberto Zaborowsky. Secretário, Sr. David Zaborowsky. **Deliberações unânimes**: **1**. Alterar o Artigo 10 do Estatuto Social. **2**. Alterar o Artigo 13 do Estatuto Social. **3**. Alterar o Artigo 15 do Estatuto Social. **4**. Aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo 2. **7.** Nada mais. Formalidades legais. A íntegra da presente Ata e seus anexos estão registrados na JUCESP sob o nº 207.091/24-9 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

3ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA ABERTA JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº: 004/SMS/2022 **OBJETO:** CREDENCIAMENTO VISANDO A SELEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PRIVADOS E INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS, ONGS E AS SEM FINS LUCRATIVOS, VINCULADAS OU NÃO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, PARA A CONSTITUIÇÃO DE CADASTRO DE HABILITADOS E EVENTUAL FORMALIZAÇÃO DE AJUSTE, NAS ÁREAS AMBULATORIAL E HOSPITALAR, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONFORME CLASSIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (TABELA SUS) - **ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** 28 de junho de 2024, às 16:00h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Suzano, sito na Rua Baruel, nº 501, sala 106, Centro, Suzano-SP. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www. suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745- 2191.

DIEGO ALVES FERREIRA - Secretário Municipal de Saúde.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE JACAREÍ FORO DE JACAREÍ 2ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DIGITAL NO: 1005281-82.2021.8.26.0292 CLASSE: ASSUNTO: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA REQUERENTE: BANCO VOTORANTIM S/A REQUERIDO: LUIS FELIPE NEVES DA SILVA 2ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO No 1005281-82.2021.8.26.0292 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2a Vara Cível, do Foro de Jacareí, Estado de São Paulo, Dr(a). Maurício Brisque Neiva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUIS FELIPE NEVES DA SILVA, RG 479311109, CPF 41053103808, com endereço à Rua Conego Jose Bento, 379, casa 02, Centro, CEP 12308-530, Jacareí - SP, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de Banco Votorantim S/A, alegando em síntese: em razão do contrato de financiamento, concedeu-lhe um crédito, para aquisição, com alienação fiduciária, do Veículo marca CHEVROLET, modelo CRUZE ECOTEC6 LT 1.8 16v AT(Flexpower) 4P (AG) Com, RENAVAM 458305995, chassi 9BGPB69M0CB263684, placas FAL7622; que, o requerido obrigou-se a pagar o débito de forma parcelada; que, por não cumprir com o contratado, foi constituído em mora e teve o veículo aprendido judicialmente, sendo este depositado em mãos do autor. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Jacareí, aos 24 de abril de 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SANTOS FORO DE SANTOS 2ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DIGITAL NO: 1025987-86.2020.8.26.0562 CLASSE: ASSUNTO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CONTRATOS BANCÁRIOS REQUERENTE: ITAÚ UNIBANCO S/A REQUERIDO: ADERSON JOSÉ VIEIRA DE LIMA EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO No 1025987-86.2020.8.26.0562 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2a Vara Cível, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Castello Chafick Miguel, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ADERSON JOSÉ VIEIRA DE LIMA, Brasileiro, Casado, Gerente Administrativo, CPF 250.417.168-46, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Itaú Unibanco S/A, alegando o autor, em síntese, ser credor da quantia de R$ 88.148,01 (Abril/20) a título de empréstimo concedido ao requerido, operação contrato no 410000015918.13582, celebrado em 19/09/2007. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que lhe será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 25 de março de 2024.

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Zabo Engenharia S.A. CNPJ/MF nº 07.258.168/0001-40

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022. Estamos à disposição para esclarecimentos relativos às contas prestadas. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	7.048.576	22.575.220	449.547.859	426.636.229
Caixa e equivalentes de caixa	6.698.358	16.472.630	15.240.609	20.418.939
Promitentes compradores de imóveis	679.577	677.048	118.584.717	120.743.374
Provisão p/ créditos de liqu. duvidosa	(679.577)	(677.048)	(679.577)	(677.048)
Imóveis destinados à venda	-	-	293.789.497	269.743.883
Aluguéis a receber	336.218	457.360	464.343	759.860
Financiamento / Empréstimos	-	5.610.000	-	15.610.000
Movimentação Condomínio				
Outros créditos	14.000	35.230	22.148.270	37.221
Ativo não circulante	399.154.800	354.583.101	62.889.506	62.903.530
Contas a receber c/ partes relacs	260.951.780	187.593.698	14.087.309	7.816.501
Promitentes compradores de imóveis	-	-	13.762.109	3.892.009
Aluguéis a receber	-	336.218	87.931	837.944
Imóveis destinados à venda	24.184.658	24.184.658	26.125.785	37.966.187
Devedores c/ confissão de dívida	902.616	1.252.020	1.544.616	2.223.575
	286.039.054	213.366.594	55.607.751	52.736.216
Investimentos	113.092.984	141.206.643	7.258.994	7.952.450
Imobilizado	22.762	9.864	22.762	2.214.864
	113.115.746	141.216.507	7.281.756	10.167.314
Total do ativo	406.203.376	377.158.321	512.437.366	489.539.759

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo/Patrimônio Líquido	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante	97.612.484	108.626.921	150.572.724	183.053.498
Empréstimos e financiamentos	-	12.000.000	-	12.000.000
Fornecedores	3.153	18.328	2.317.212	4.871.800
Obrigações tributárias e trabalhistas	354.905	488.473	6.247.540	5.510.053
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	100.000	750.000
Adiantamentos de clientes	5.914.923	3.730.513	41.197.528	56.530.055
Movimentação Condomínio	-	-	-	9.444.265
Débitos Diversos	435.000	422.200	843.600	422.200
Dividendos a pagar	90.904.503	91.967.407	99.866.844	93.525.125
Passivo não circulante	46.354.667	38.025.389	98.031.587	72.209.470
Empréstimos e financiamentos	30.000.000	-	68.140.094	30.208.562
Contas a pagar c/ partes relacs	16.054.667	37.102.761	2.821.587	1.585.491
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	700.000	29.631.495
Provisão para contingências	300.000	900.000	300.000	900.000
Provisão para garantia de obras	-	-	1.191.489	996.505
Obrigações tributárias	-	22.628	624.922	298.534
Outras contas a pagar	-	-	24.253.495	8.588.883
Patrimônio líquido	262.236.225	230.506.011	263.833.055	234.276.791
Capital social	45.192.000	45.192.000	45.192.000	45.192.000
Reserva Legal	9.038.400	9.038.400	9.038.400	9.038.400
Reserva de lucros	208.005.825	176.275.611	208.005.825	176.275.611
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.596.830	3.770.780
Total do passivo e patrimônio líquido	406.203.376	377.158.321	512.437.366	489.539.759

Demonstrações do Resultado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita da venda de imóveis e serviços prestados	3.881.444	8.045.962	156.804.083	156.487.956
(-) Impostos incidentes	(366.253)	(635.625)	(4.640.750)	(4.801.412)
(-) Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	-	(1.677.658)	(100.308.500)	(73.193.594)
(=) Resultado bruto	3.515.191	5.732.679	51.854.834	78.492.950
(+/-) Despesas (receitas) operacionais				
Despesas administrativas	(6.620.827)	(7.726.466)	(9.769.979)	(8.054.450)
Despesas comerciais	(879.977)	(362.228)	(886.253)	(368.270)
Despesas Tributárias e não dedutíveis	(46.993)	(153.202)	(472.602)	(351.216)
Resultados de equivalência patrimonial	(36.951.583)	29.416.414	7.324.943	2.618.140
Dividendos Recebidos	84.394.377	43.089.251	-	-
Outras desp. e receitas operacs	(4.617)	40.152	(4.867)	39.249
	39.890.380	64.303.921	(3.808.758)	(6.116.547)
Despesas financeiras	(1.064.194)	(60.207)	(1.458.545)	(385.807)
Receitas financeiras	583.104	1.297.004	868.652	4.339.938
	(481.091)	1.236.797	(589.893)	3.954.131
(=) Lucro antes do IR e CS	42.924.480	71.273.397	47.456.184	76.330.534
(-) Provisão para IR e CS	(617.532)	(1.067.134)	(3.981.945)	(4.816.216)
(=) Lucro líquido do exercício atribuível ao controlador	42.306.948	70.206.263	43.474.238	71.514.318
(+/-) Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores	-	-	(1.167.290)	(1.308.055)
(=) Lucro líquido do exercício	42.306.948	70.206.263	42.306.948	70.206.263
Lucro por lote de mil ações (em Reais)	0,94	1,55		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Lucro/Prejuízo Acumulado	Lucro do Exercício	Patrimônio Líquido da Controladora	Participação Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	45.192.000	9.038.400	199.120.914	-	253.351.313	4.785.500	258.136.813
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	70.206.263	70.206.263	1.308.055	71.514.318
Lucros distribuídos do exercício	-	-	-	(17.551.565)	(17.551.565)	-	(17.551.565)
Lucros distribuídos dos exercícios anteriores	-	-	(75.500.000)	-	(75.500.000)	-	(75.500.000)
Retenção de lucros	-	-	52.654.698	(52.654.698)	-	-	-
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(2.322.775)	(2.322.775)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.192.000	9.038.400	176.275.612	-	230.506.011	3.770.780	234.276.791
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	42.306.948	42.306.948	(1.167.290)	41.139.658
Lucros distribuídos do exercício	-	-	-	(10.576.737)	(10.576.737)	-	(10.576.737)
Retenção de lucros	-	-	31.730.211	(31.730.211)	-	-	-
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(1.006.660)	(1.006.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.192.000	9.038.400	208.005.823	(0)	262.236.222	1.596.830	263.833.055

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do IR e da CS	42.924.481	71.273.397	46.288.892	75.022.479
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	3.622	2.111	3.622	2.111
Resultado de equivalência patrimonial	36.951.583	(29.416.414)	(7.324.943)	(2.618.140)
Dividendos Recebidos	(84.394.377)	(43.089.251)	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(1.167.290)	(1.308.055)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Provisão para garantias	12.800	-	616.384	177.564
Provisão para contingências	(600.000)	-	(600.000)	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Promitentes compradores de imóveis	457.360	1.189.646	(6.663.385)	(31.512.427)
Imóveis destinados à venda		1.677.658	(12.205.212)	(66.047.939)
Outros créditos	5.980.634	(5.269.480)	(5.822.090)	(13.299.845)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(15.175)	13.236	(2.554.588)	2.515.344
Obrigações trabalhistas e tributárias	(156.196)	(136.944)	1.063.875	1.068.872
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	(29.581.495)	17.468.995
Adiantamento de clientes	2.184.410	4.152.713	(15.332.527)	(3.055.726)
Dividendos a pagar	(1.062.904)	72.099.777	6.341.719	72.099.777
Outras contas a pagar	-	-	6.220.347	(19.137.175)
Caixa aplicado (proveniente) das operações	2.286.238	72.496.451	(20.716.691)	31.375.835
IR e CS	(617.533)	(1.067.134)	(3.981.944)	(4.816.216)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	1.668.705	71.429.317	(24.698.635)	26.559.619
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adição (redução) de investimentos, líquida	75.556.453	45.628.683	8.018.399	4.861.385
Adição (redução) do imobilizado, líquida	(16.520)	(3.879)	2.188.480	(3.879)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	75.539.933	45.624.804	10.206.879	4.857.506
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (líquidas)				
Captações (amortizações) de empréstimos, líquidas	18.000.000	12.000.000	25.931.532	24.872.646
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	18.000.000	12.000.000	25.931.532	24.872.646
Das atividades de financiamento com acionistas				
Lucros distribuídos	(10.576.734)	(93.051.568)	(10.576.734)	(93.051.568)
Particip. de acionistas não controladores	-	-	(1.006.660)	293.335
Contas a receber de partes relacionadas	(73.358.082)	(63.775.067)	(6.270.808)	1.053.164
Contas a pagar para partes relacionadas	(21.048.094)	31.993.744	1.236.096	(5.627.127)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(104.982.910)	(124.832.891)	(16.618.106)	(97.332.196)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(9.774.272)	4.221.230	(5.178.330)	(41.042.425)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	16.472.630	12.251.400	20.418.939	61.461.364
No final do exercício	6.698.358	16.472.630	15.240.609	20.418.939
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(9.774.272)	4.221.230	(5.178.330)	(41.042.425)

Notas Explicativas

Contexto operacional: A Zabo Engenharia S/A sucessora em 2005 da Zabo Empreendimentos e Construções Ltda. constituída em 1986, com sede na capital de São Paulo, tem por objetivo a incorporação imobiliária em imóveis próprios ou de terceiros, a administração de bens imóveis e de construções, compra, venda e locação de imóveis próprios, a realização de loteamento em imóveis, a participação direta ou indireta em empreendimentos imobiliários de qualquer natureza e a participação em outras sociedades, correlatas ou não.

Gilberto Zaborowsky - Diretor Presidente — **Marcelino Cruz Silva** - Diretor contábil – CT CRC 1SP 161.396/O-0

Gilza Negócios Imobiliários S.A. CNPJ/MF nº 04.801.983/0001-16

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Valores expressos em Reais)

Senhores acionistas: em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022. Estamos à disposição para esclarecimentos relativos às contas prestadas. **A Diretoria**.

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	41.311.170	45.792.290	89.624.928	92.379.044
Caixa e equivalentes de caixa	934.731	392.699	2.662.515	1.094.145
Promitentes compradores de imóveis	-	-	424.980	-
Imóveis destinados à venda	36.273.744	39.661.642	75.891.498	80.041.833
Alugueis a receber	4.102.695	5.737.949	10.645.935	11.243.066
Ativo não circulante	86.833.947	91.938.731	42.391.881	47.254.253
Contas a receber com partes relacionadas	331.621	-	331.621	-
Promitentes compradores de imóveis	-	-	814.545	-
Alugueis a receber	13.973.056	19.618.745	32.117.274	38.237.591
	14.304.677	19.618.745	33.263.441	38.237.591
Investimentos	71.777.384	71.564.321	8.376.554	8.260.997
Imobilizado	751.886	755.665	751.886	755.665
	72.529.270	72.319.986	9.128.440	9.016.662
Total do ativo	128.145.117	137.731.021	132.016.809	139.633.297

Balanços Patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante	7.193.461	12.895.721	8.375.763	13.481.162
Fornecedores	3.860	957	3.860	11.134
Obrigações tributárias e trabalhistas	1.120.705	679.423	2.303.006	1.254.686
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	3.570.000	-	3.570.000
Dividendos a pagar	6.068.897	8.645.341	6.068.897	8.645.342
Passivo não circulante	12.922.359	19.417.944	15.601.533	20.724.360
Empréstimos e financiamentos	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Contas a pagar com partes relacs	437.433	7.641.433	437.433	7.641.433
Obrigações tributárias	2.024.285	1.320.341	4.703.459	2.573.390
Deposito Fiança / Caução	460.641	456.170	460.641	509.537
Patrimônio líquido	108.029.297	105.417.356	108.039.514	105.427.775
Capital social	53.032.000	53.032.000	53.032.000	53.032.000
Reserva legal	4.927.679	4.756.404	4.927.679	4.756.404
Reserva de lucros	50.069.618	47.628.952	50.069.618	47.628.951
Particip. de acionistas não controladores	-	-	10.217	10.420
Total do passivo e patrim. líq.	128.145.117	137.731.021	132.016.809	139.633.297

Demonstrações do Resultado	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita da venda de imóveis e serviços prestados	6.186.135	18.317.463	14.830.713	31.303.941
(-) Impostos incidentes	(1.485.765)	(963.199)	(3.089.114)	(1.749.932)
(-) Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	(496.399)	-	(1.257.698)	-
(=) Resultado bruto	4.203.971	17.354.264	10.483.901	29.554.009
Despesas administrativas	(752.746)	(751.588)	(998.010)	(1.016.267)
Despesas comerciais	(439.497)	(3.963)	(439.497)	(3.963)
Despesas tributárias	(124.878)	(764.864)	(232.565)	(822.948)
Resultados de equivalência patrimonial	4.563.062	11.390.855	116.333	200.876
Outras despesas e receitas operacs.	(2.979.975)	94.898	(2.979.975)	94.898
	265.966	9.965.338	(4.533.714)	(1.547.404)
Despesas financeiras	(111.090)	(182.364)	(247.045)	(311.328)
Receitas financeiras	134.813	135.784	148.184	143.032
	23.722	(46.580)	(98.860)	(168.296)
(=) Lucro antes do IR e CS	4.493.659	27.273.022	5.851.326	27.838.309
(-) Provisão para IR e CS	(1.068.163)	(748.934)	(2.425.256)	(1.312.330)
(=) Lucro líquido do exercício atribuível ao controlador	3.425.496	26.524.088	3.426.070	26.525.979
(=) Lucro líquido do exercício atribuível aos não controladores	-	-	(574)	(1.891)
(=) Lucro líquido do exercício	3.425.496	26.524.088	3.425.496	26.524.088
Lucro por lote de mil ações (em Reais)	0,06	0,50		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Lucro/Prejuízo Acumulado	Lucro do Exercício	Patr. Liquido da Controladora	Partic. Não Controladores	Total do Patr. Liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.032.000	3.430.200	28.730.538	-	85.192.738	9.228	85.201.966
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	26.524.088	26.524.088	1.891	26.525.979
Lucro Distribuído do Exercício	-	-		(6.299.471)	(6.299.471)	-	(6.299.471)
Lucros apropriado para Reserva legal	-	1.326.204	-	(1.326.204)	-	-	-
Retenção de Lucro	-	-	18.898.413	(18.898.413)	-	-	-
Participação acionistas não controladores e consolidados	-	-	-	-	-	(699)	(699)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.032.000	4.756.404	47.628.951	-	105.417.355	10.420	105.427.776
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	3.425.496	3.425.496	574	3.426.070
Lucro Distribuído do Exercício	-	-	-	(813.555)	(813.555)	-	(813.555)
Lucros apropriado para Reserva legal	-	171.275	-	(171.275)	-	-	-
Retenção de Lucro	-	-	2.440.666	(2.440.666)	-	-	-
Participação acionistas não controladores e consolidados	-	-	-	-	-	(777)	(777)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	53.032.000	4.927.679	50.069.617	-	108.029.297	10.217	108.039.514

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Das atividades operacionais				
Lucro (Prej.) líq. antes do IR e CS	4.493.659	27.273.022	5.851.326	27.838.309
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	224.428	157.205	224.428	157.205
Resultado de equiv. patrimonial	(4.563.062)	(11.390.855)	(116.333)	(200.876)
Particip. de acionistas não controladores	-	-	(574)	(1.891)
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Promitentes compradores de imóveis	-	3.400.000	(1.239.525)	3.400.000
Imóveis destinados à venda	3.387.898	(23.630.000)	4.150.335	(23.630.000)
Alugueis a Receber	5.645.689	(10.396.706)	6.120.317	(15.917.521)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	2.903	(10.856)	(7.274)	(3.088)
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.145.226	677.787	3.178.389	1.165.059
aquisição de imóveis	(3.570.000)	3.570.000	(3.570.000)	3.570.000
Dividendos a pagar	(2.576.445)	5.234.470	(2.576.445)	5.234.470
Outras contas a pagar	4.471	31.460	(48.896)	17.563
Caixa aplicado (proveniente) das operações	4.194.767	(5.084.473)	11.965.748	1.629.230
IR e CS	(1.068.163)	(748.934)	(2.425.256)	(1.312.330)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	3.126.604	(5.833.407)	9.540.492	316.900
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adição (redução) de investimentos, líquida	4.349.999	(2.957.596)	776	(7.899.298)
Adição (redução) do imobilizado, líquida	(220.649)	(756.564)	(220.649)	(756.564)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	4.129.350	(3.714.160)	(219.873)	(8.655.862)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (líquidas)				
Captações (amortizações) de empréstimos, líquidas	-	10.000.000	-	10.000.000
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	-	10.000.000	-	10.000.000
Das atividades de financiamento com acionistas				
Lucros distribuídos	(984.830)	(7.625.674)	(984.830)	(7.625.673)
Particip. d/ acionistas não controladores	1.303.633	-	(203)	1.191
Reserva Legal	171.275	1.326.204	171.275	1.326.204
Contas a receber de p/ relacionadas	-	(2.098.559)	265.509	(3.031.933)
Contas a pg. p/ partes relacionadas	(7.204.000)	7.204.000	(7.204.000)	7.204.000
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(6.713.922)	(1.194.029)	(7.752.249)	(2.126.211)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	542.032	(741.596)	1.568.370	(465.173)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	392.699	1.134.295	1.094.145	1.559.318
No final do exercício	934.731	392.699	2.662.515	1.094.145
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	542.032	(741.596)	1.568.370	(465.173)

Notas explicativas: 1. Contexto operacional: A Gilza Negócios Imobiliários S/A, uma sociedade familiar, tem por objeto social a participação em outras sociedades, a locação de imóveis próprios, a incorporação e vendas em empreendimentos imobiliários. **2. Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com possibilidade de resgate no curto prazo, sem risco de mudança de seu valor de mercado. **4. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo de construção ou aquisição, os quais são inferiores ao valor de mercado. **5. Contas a Receber:** Os créditos a receber de clientes são provenientes das locações ou vendas de unidades em estoques, sendo o valor do saldo devedor dos contratos atualizados em conformidade com suas respectivas cláusulas. **6. Contas a pagar com partes relacionadas:** Os créditos a pagar com partes relacionadas serão devolvidos aos sócios que os aportaram ou, serão incorporados no patrimônio líquido como aumento de capital. **7. Apuração e apropriação do resultado de vendas de imóveis e de locações:** Nas vendas das unidades em estoque o resultado foi apropriado quando a venda foi efetivada, independente do prazo de recebimento do valor contratual. Nas locações o resultado foi apropriado quando o contrato de locação foi efetivado, independente do prazo de recebimento do valor contratual. **8. Capital Social:** O capital Social em 31/12/2023 foi totalmente subscrito e integralizado em boa e corrente moeda nacional no valor de R$ 53.032.000,00, representado por 102.544, ações ordinárias, sem valor nominal.

A Diretoria: Gilberto Zaborowsky — **Contador: Marcelino Cruz Silva** - CT CRC 1SP 161.396/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 047/2024 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 033/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 497/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 6.979/2024

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 03/06/2024 até as 08h30min do dia 19/06/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 19/06/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 19/06/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 28 de maio de 2024.
CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO GLOBAL na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 016/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 518/2024 - PROCESSO DIGITAL N.º 7.411/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA DIOGO JUNIOR, NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA.
Valor estimado: R$ 382.667,32 (trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos).
Origem dos Recursos: Recurso proveniente do Tesouro Municipal.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 03/06/2024 até as 08h30min do dia 21/06/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 21/06/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 21/06/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC,
Araçatuba, 28 de maio de 2024.
CLAUDIR SANTOS LIMA - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 044/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Locação de máquinas para manutenção de logradouros públicos, o início da sessão de abertura será no dia 17/06/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 048/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Aquisição de massa asfáltica CBUQ faixa D, emulsão asfáltica RR2-C e bica corrida, o início da sessão de abertura será no dia 17/06/2024, às 13:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 049/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Aquisição de materiais hidráulicos, o início da sessão de abertura será no dia 14/06/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 050/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Aquisição de concreto usinado, o início da sessão de abertura será no dia 13/06/2024, às 13:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 051/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Aquisição de insulinas e insumos para pacientes diabéticos, o início da sessão de abertura será no dia 13/06/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 052/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para Aquisição de longarinas e vigotas de eucalipto, o início da sessão de abertura será no dia 13/06/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que se encontra aberto no Departamento de Licitações, a CHAMADA PÚBLICA (CREDENCIAMENTO), n.º 005/2024, que tem como objeto Chamamento Público para credenciamento de serviços médicos (mastologia, ginecologia e obstétrica, otorrinolaringologia e neuropediatria), para realização de consultas, o credenciamento será até as 16:00 horas do dia 27/05/2024, sendo abertos logo em seguida. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 28 de Maio de 2024.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA
GERALDO PUPO DA SILVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 004/2024 - PROCESSO n° 17.343/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 900042024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COM MATERIAIS PARA CHUVEIROS ELÉTRICOS PARA ATENDER AO 66º JOGOS REGIONAIS 2024. DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29 DE MAIO DE 2024 DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data de abertura para o **PREGÃO ELETRÔNICO 84/2024** cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS MUNICIPAIS.** O período de envio das propostas será a partir de 29/05/2024 até 13/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 13/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, à partir do dia 29/05/2024. Orlândia, SP, 28 de Maio de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCELLO LANEZA FELICIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 072/2024 - PROCESSO n° 9.779/2024 - Nº COMPRA 900722024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE TIRAS DE FITAS PARA TESTES DE GLICEMIA, APARELHOS DE MEDIÇÃO DA GLICEMIA CAPILAR E DISPOSITIVO DE TRANSFERÊNCIA DE DADOS DOS GLICOSÍMETROS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29 DE MAIO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
MÁRCIO ROBERTO DOS SANTOS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO nº 153/2024 PROCESSO n° 17.041/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90153/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE CONES E CAVALETES. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29 DE MAIO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA, através do senhor prefeito Sérgio Augusto Bordin Júnior faz público que referente ao pregão de AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS MUNICIPAIS, considerando que houve um erro na exportação do arquivo do sistema interno de gestão para a plataforma do pregão eletrônico constado somente no momento da disputa, retifica-se o número do pregão de 59/2024 para 84/2024 e o número do processo de 70/2024 para 100/2024. Ato seguinte: será designada nova data de abertura para o certame e dada devida publicidade. Orlândia, 28 de Maio de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 1007421-59.2016.8.26.0100
Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória
Exequente: Cooperativa de Econ. e Créd. Mútuo dos Policiais Militares e Serv. da Sec. dos Neg. da Seg. Púb. do Est. de São Paulo
Executado: Decio Peixoto de Oliveira

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007421-59.2016.8.26.0100.
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 43ª Vara CÍvel, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Rogério Santos Pinheiro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **DECIO PEIXOTO DE OLIVEIRA**, RG 29713110, CPF 421.648.268-68, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Cooperativa de Econ. e Créd. Mútuo dos Policiais Militares e Serv. da Sec. dos Neg. da Seg. Púb. do Est. de São Paulo, pretendendo, em síntese, o recebimento da quantia de R$ 11.848,61. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a sua citação por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, ficando advertido que poderá ajuizar embargos à execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora, presumindose aceitos os fatos, bem como, de que será nomeado curador especial em caso de revelia, nos termos do art. 257, inc. IV, do CPC. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 11 de março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ROSEMARY FERREIRA DOS SANTOS PINTON
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO nº 092/2024 - PROCESSO n° 11.277/2024 - Nº COMPRA 900922024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MARMITAS, GARFOS, COLHERES E PRATOS DESCATÁVEIS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29 DE MAIO 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 75/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 10.098/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 19/06/2024 às 09:30 horas.
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 - Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 28 de maio de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90044/2024 - O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90044/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00178258/2023-38, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material Consumo – Aparelho telefônico. Data da sessão: 27/06/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.bre no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

HOSPITAL ESTADUAL "DR. OSWALDO BRANDI FARIA" DE MIRANDÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO 90043/2024 - O Hospital Estadual "Dr. Oswaldo Brandi Faria" de Mirandópolis, por intermédio do seu Diretor Técnico de Saúde II – Ciro Renato El-Kadre, torna público que se acha aberto, nesta unidade, o aviso de licitação 90043/2024 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM – Processo Administrativo SEI n.º 024.00176884/2023-90, para escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de Material Consumo – Pilhas. Data da sessão: 26/06/2024. Horário: 08:00. Link: https://www.comprasnet.gov.br. O procedimento será divulgado no Compras.gov.bre no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA PARA O ENSINO INFANTIL PRÉ 1 E 2 E 1º AOS 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, QUE INCLUI APOSTILAS ENRIQUECIDAS COM RECURSOS TECNOLÓGICOS INTEGRADOS COMO VÍDEOS ANIMADOS, JOGOS INTERATIVOS, ATIVIDADES LÚDICAS, TALKING PEN, LOGICAL THINKING CARDS E REALIDADE AUMENTADA, PARA ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Pelo presente, considerando os termos da liminar concedida nos autos do Processo TC-012227.989.24-1, está **SUSPENSO** "sine die" o certame, ficando sem efeito a designação da sessão para 29 de maio de 2024.
Publique-se. Lance-se no site da Prefeitura de Leme, bem como, na plataforma que opera a disputa (bbmnet).

Leme, 28 de maio de 2.024
ANA BERTHOLINA BARBOZA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

AGEBB- ASSOCIAÇÃO DOS GERENTES DO BANCO DO BRASIL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Prezado(a) Associado(a):
O presidente da AGEBB - Associação dos Gerentes do Banco do Brasil, Senhor Adriano Domingos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e atendendo ao que determina o artigo 14 e seus parágrafos, 15 e 17 do Estatuto Social, convoca a todos(as) os(as) associados(as) regulares com suas obrigações na associação, para a **Assembleia Geral Ordinária**, que se realizará no dia 29 de Junho de 2024 (sábado) nas dependências do Rio Claro Plaza Hotel – Avenida Ápia, N° 101 – Rio Claro - São Paulo, às 09:00 horas em primeira convocação, com quórum estatutário ou às 09:30 horas em segunda convocação com o número de associados presentes.
Pauta:
I – Prestação e Aprovação das contas do Ano 2023
II- Assuntos Diversos

São Paulo, 29 de maio de 2024
Adriano Domingos
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade **Pregão Eletrônico n° 026/2024 -** Tipo de Licitação **"Menor Valor Por Item"**
Processo Administrativo nº 690/2024 - Edital de Licitação n° 30/2024
OBJETO: *Registro de preços de produtos perecíveis: carnes destinadas a atender as necessidades da Merenda Escolar, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Hospital São José para o período de 12 (doze) meses.*
A *Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:*

- *Local:* https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta:* **29 de maio de 2024** A partir das **09hs**
- *Recebimento de Propostas até:* **17 de junho de 2024** – Horas: **08h 30min**.
- *Início dos lances:* **17 de junho de 2024** – Horas: **09h00min**.

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: compras1@itirapina.sp.gov.br, licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 28 de maio de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STF mantém apuração do CNJ contra desembargador do TRF-6 por morosidade

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que abriu uma reclamação disciplinar contra o desembargador Evandro Reimão dos Reis, do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6).

Na sessão virtual encerrada em 24/5, o colegiado acompanhou o voto do ministro Cristiano Zanin (relator), que havia negado o Mandado de Segurança (MS) 39543, em que o desembargador pedia a anulação do ato do CNJ. Ao analisar o recurso contra sua decisão individual, o ministro apontou que os argumentos trazidos pela defesa do magistrado eram os mesmos já rejeitados anteriormente, sem nenhum elemento novo capaz de modificá-la. Entre as alegações estão a suposta inconsistência nas provas e nos fatos que levaram à instauração do procedimento e cerceamento de defesa. De acordo com Zanin, não houve ilegalidade ou abuso no procedimento.

Morosidade - Reimão dos Reis é alvo de apuração do CNJ por supostas violações aos deveres funcionais. Ao STF, o CNJ afirmou que recebeu queixas de má conduta atribuídas ao desembargador, como má gestão e morosidade em processos, relacionamento inadequado com servidores e imprecisões sobre o endereço de residência do magistrado, que não moraria em Minas Gerais. O TRF-6 é sediado em Belo Horizonte. Em fevereiro deste ano, o Conselho determinou a abertura do processo administrativo disciplinar e também afastou o desembargador do exercício do cargo.

STJ reconhece que pagamento direto do FGTS foi eficaz, mas assegura à União cobrança de outras parcelas

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob a sistemática dos recursos repetitivos (Tema 1.176), reconheceu a eficácia dos pagamentos a título de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) feitos diretamente ao empregado após a publicação da Lei 9.491/1997, em decorrência de acordos homologados na Justiça do Trabalho. Embora tais pagamentos diretos contrariem a legislação em vigor, o colegiado entendeu que não há como desconsiderar que eles foram amparados em acordos homologados pelo juízo trabalhista.

No mesmo julgamento, a Primeira Seção garantiu à União e à Caixa Econômica Federal (CEF) a possibilidade de cobrarem do empregador todas as parcelas que deveriam ser incorporadas ao fundo, como multas, correção monetária, juros e contribuições sociais - parcelas que não pertencem ao trabalhador e que ficaram fora do acordo na Justiça do Trabalho.

(Foto: STJ)



O ministro Teodoro Silva Santos, relator.

Com a fixação da tese repetitiva, poderão voltar a tramitar os recursos especiais e agravos em recurso especial, no STJ ou na segunda instância, que estavam suspensos à espera da definição do precedente qualificado.

Acordos são homologados na Justiça por decisão irrecorrível - O ministro Teodoro Silva Santos, relator, explicou que a Lei 8.036/1990, em sua redação original, previa o pagamento de algumas parcelas integrantes do FGTS diretamente ao trabalhador, a exemplo do depósito do mês da rescisão e da indenização de 40% do fundo, no caso de demissão sem justa causa. No entanto, a Lei 9.9491/1997 alterou o artigo 18 da Lei 8.036/1990 para determinar que todas as quantias devidas pelo empregador fossem depositadas na conta vinculada do empregado.

Segundo o ministro, ainda que a lei dispusesse claramente sobre a necessidade de depósito de todas as parcelas devidas do FGTS na conta vinculada, houve muitos acordos em processos trabalhistas que estabeleceram o pagamento direto para o trabalhador, e tais acordos muitas vezes não eram comunicados à CEF, o que levava à proposição de execução fiscal contra o empregador para cobrança do fundo.

"Embora realizado em termos contrários ao que dispõe a legislação de regência, não se pode desconsiderar que o acordo foi submetido ao crivo do Judiciário", afirmou o relator, lembrando que a decisão homologatória do acordo é irrecorrível (artigo 831, parágrafo único, da CLT) e faz coisa julgada material, sujeitando-se apenas à ação rescisória (Súmula 259 do Tribunal Superior do Trabalho), cuja apreciação compete à própria Justiça do Trabalho.

Para ele, não cabe à Justiça Federal nem ao STJ, "à míngua de competência jurisdicional para tanto", no julgamento de embargos à execução fiscal, ação anulatória, ação declaratória da inexistência do débito ou de qualquer outra via processual, adentrar no mérito da decisão homologatória para corrigi-la ou desconsiderá-la e assim reconhecer a ineficácia do pagamento feito em desacordo com a determinação legal.

Solidariedade questiona no STF mudanças no marco regulatório de transporte de passageiros

O Solidariedade questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) trechos da resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que criou um novo marco regulatório no transporte rodoviário interestadual de passageiros e da lei que alterou a legislação sobre estruturação do setor no país. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7652) está sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

O partido alega que as mudanças (introduzidas pela Resolução 6.033/2023 e pela Lei 14.298/2022) extrapolam as competências constitucionais da ANTT e violam a ampla concorrência. Uma das novidades foi a determinação de critérios de viabilidade técnica, operacional e econômica antes da autorização para a empresa ingressar no mercado de transporte de passageiros.

Para o Solidariedade, essas exigências não se encaixam no modelo de autorização, em que o setor está incluído, e sim no modelo de concessão. "Os 'requisitos relacionados à acessibilidade, à segurança e à capacidade técnica, operacional e econômica da empresa' não podem ser regulados pelo Poder Executivo de modo a violar as liberdades tarifária e de itinerário das empresas autorizadas", diz o partido.

União deve definir destino de valores obtidos com condenações e delações, decide STF

(Foto: EBC)



Plenário confirmou decisão do ministro Alexandre de Moraes de que essa atribuição não cabe ao Ministério Público.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que cabe à União definir o destino de recursos obtidos com delações premiadas ou condenações criminais em casos em que a lei não prevê uma finalidade específica para esses valores. O entendimento veda que o direcionamento dessas quantias seja fixado pelo Ministério Público em acordos firmados com os réus ou por determinação dos tribunais em que tramitam os processos. A decisão se deu na sessão virtual encerrada em 17/5, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 569), apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

As legendas questionavam alegada atuação indevida do MP ao destinar recursos obtidos com condenações e delações a projetos específicos.

Em 2021, o relator, ministro Alexandre de Moraes, havia deferido liminar no mesmo sentido. Na sessão virtual, o Plenário confirmou a cautelar e julgou o mérito do caso.

Em seu voto, o ministro Alexandre argumentou que a grande maioria das leis já estabelece o destino desses recursos e que cabe à União fixar essa definição, como se faz com qualquer receita pública, nos casos em que não há uma finalidade específica definida. "Em que pesem as boas intenções de magistrados e membros do Ministério Público ao pretender destinar tais verbas a projetos significativos, devem ser respeitados os limites estabelecidos pela Constituição Federal, bem como a expressa atribuição conferida ao Congresso Nacional para deliberar sobre a destinação das receitas públicas", afirmou.

STF prorroga validade das cotas raciais em concursos públicos

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou a vigência da Lei de Cotas até que o Congresso Nacional aprove uma nova norma sobre a matéria. Ao conceder a liminar, o ministro levou em consideração o fato de que no próximo dia 10 de junho se encerra a validade da regra que reserva 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras.

A Lei 12.990/2014 (Lei de Cotas) previu a duração da reserva de vagas por 10 anos. Ocorre que, segundo o ministro, esse prazo teve por finalidade a criação de um marco temporal para avaliação da eficácia da ação afirmativa. Ou seja, os resultados devem servir para realinhar a medida e programar o seu término, se o objetivo for atingido.

Segundo Flávio Dino, o fim da vigência da ação afirmativa sem a avaliação dos seus efeitos é contrário ao objetivo da própria lei, além de afrontar regras da Constituição que visam à construção de uma sociedade justa e solidária e a erradicação das desigualdades sociais e de preconceitos de raça, cor e outras formas de discriminação.

O relator verificou ainda que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei sobre a matéria, e seu texto já foi aprovado pelo Senado Federal, que reconheceu que a ação afirmativa ainda não atingiu seu objetivo e precisa ser continuada. O projeto de lei foi encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Para o ministro, portanto, deve ser afastada a interpretação que extinga abruptamente as cotas raciais previstas na Lei 12.990/2014. "Ou seja, tais cotas permanecerão sendo observadas até que se conclua o processo legislativo de competência do Congresso Nacional e, subsequentemente, do Poder Executivo", concluiu.

STF mantém ICMS sobre serviços de transporte marítimo interestadual e intermunicipal

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por maioria, a validade de dispositivo de lei que prevê a incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o transporte marítimo interestadual e intermunicipal. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2779), na sessão virtual encerrada em 17/5.

Na ação, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) argumentava que o artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir) não identifica elementos essenciais como o tomador do serviço, sua origem e seu destino do imposto, notadamente sobre serviços de transporte marítimo interestadual e intermunicipal de passageiros e de cargas. Alegava, ainda, que o conceito de transporte de bens e de pessoas não deveria abranger as atividades de fretamento de embarcações nem a navegação destinada às atividades de apoio logístico às unidades de extração de petróleo localizadas nas águas territoriais.

Norma geral - Quanto ao primeiro argumento, o colegiado acompanhou entendimento do relator, ministro Luiz Fux, de que a lei complementar é norma geral, sem a função de detalhar as obrigações acessórias às quais os contribuintes devem se sujeitar no interesse da fiscalização. As obrigações acessórias devem ser definidas por lei ordinária.

Objeto do pedido - Em relação ao segundo, prevaleceu no julgamento o voto parcialmente divergente do ministro Alexandre de Moraes. Ele observou que o objeto da ação é unicamente o artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar 87/1996, que se limita a estabelecer a incidência de ICMS sobre prestações de serviços de transporte marítimo interestadual e intermunicipal de pessoas, bens, mercadorias ou valores, não tratando de ordenação e atividade do transporte aquaviário. Esses detalhes são tratados na Lei 9.432/1997, que não é questionada na ação.

Supremo invalida exigência de licenciamento para torres de celular no RN

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional uma norma do Rio Grande do Norte que exigia licenciamento para a instalação e o funcionamento de torres de celular no estado. A decisão majoritária foi tomada na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7498, na sessão virtual finalizada no dia 17/5.

A ação foi proposta pela Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel) contra a Lei Complementar estadual 272/2004 e a Resolução 4/2006 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema-RN). Entre outros argumentos, a associação sustentava que as normas submeteriam as empresas de telecomunicações a regime de dupla fiscalização.

Nova obrigação - O relator, ministro Gilmar Mendes, verificou que o estado criou nova obrigação às prestadoras de serviços de telecomunicações, ao estipular critérios para a instalação de infraestrutura. Assim, considerou que houve invasão da competência privativa da União para legislar sobre a matéria, além de interferência direta na relação contratual. Com base em orientação recente da Corte, Mendes afirmou que a criação de nova obrigação para as concessionárias de serviços de telecomunicações é vedada, mesmo que a finalidade seja a proteção à saúde, ao meio ambiente ou aos consumidores.

Lei federal - Além disso, o relator observou que as limitações para a instalação de infraestruturas de serviços de telecomunicações já estão previstas em normas federais. A matéria referente aos dispositivos questionados na lei estadual está disciplinada pela Lei 13.116/2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.

Ficaram vencidos os ministros Alexandre de Moraes e Edson Fachin e a ministra Cármen Lúcia. Para a corrente divergente, estados e municípios podem suplementar a legislação geral sobre o tema, notadamente ao tratar sobre meio ambiente.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Eletrônico n°25/2024 - Tipo de Licitação "Menor Valor Global"
Processo Administrativo nº 450/2024 - Edital de Licitação n° 29/2024
OBJETO*: Contratação de empresa para aquisição e instalação de abrigos de passageiros de ônibus, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.*
A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:
- *Local*: https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta*: **29 de maio de 2024.**
- *Recebimento de Propostas até*: **20 de junho de 2024** – Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances*: **20 de junho de 2024** – Horas: **09h00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: compras1@itirapina.sp.gov.br licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br
Itirapina, 28 de maio de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade **Pregão Eletrônico n° 027/2024** - Tipo de Licitação **"Menor Valor Por Item"**
Processo Administrativo nº 2587/2023 - Edital de Licitação n° 31/2024
OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos com entrega de forma parcelada, pelo período de 12 meses.
A Prefeitura Municipal de Itirapina torna pública e a quem possa interessar que, será realizado a abertura da sessão pública em referência:
- *Local:* https://bll.org.br//
- *Início de envio da Proposta:* **29 de maio de 2024** A partir das **08hs**
- *Recebimento de Propostas até:* **17 de junho de 2024 –** Horas: **08h 30min.**
- *Início dos lances:* **17 de junho de 2024 –** Horas: **09h00min.**

Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital:
1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: compras1@itirapina.sp.gov.br, licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.
Itirapina, 28 de maio de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração



2º CADERNO

TURISMO

Dica de refúgio para o feriado a poucos quilômetros de São Paulo

___ Parque Maeda em Itu é um complexo de lazer, em meio à natureza, com diversas atrações para toda a família


(Foto: Divulgação)

Localizado em Itu, a menos de 100 km da capital paulista, o Parque Maeda é o espaço ideal em meio à natureza para quem quer descansar no feriado prolongado de Corpus Christi e ficar longe da correria dos grandes centros. O local estará aberto entre os dias 30 de maio (quinta-feira) e 02 de junho (domingo) e conta com diversas atrações para viver experiências diferentes e levar ótimas recordações dos momentos vividos em família e amigos. Para aqueles que querem aproveitar apenas o dia, uma boa alternativa é o passaporte chamado day use, um pacote que inclui almoço à vontade com bebida, além de acesso a diversas atrações.

Já para aqueles que querem e podem aproveitar por mais tempo, a Pousada Maeda oferece acomodações para casais e famílias de até sete pessoas. São confortáveis chalés e apartamentos que contam com ar-condicionado, frigobar, televisão e banheiro, roupas de cama e banho. Os hóspedes podem desfrutar de um delicioso café da manhã e piscina privativa. Na opção de hospedagem com pacote completo, há almoço e jantar, assim como as atrações de lazer do parque, como teleférico, trenzinho, parque aquático, pedalinho e quadriciclo, além de acesso ao Jardim Japonês, Árvore Gigante e Rodas d'Água.

Pesca esportiva e hospedagem

Para quem gosta de pesca esportiva, o Maeda é o lugar certo. O complexo de lazer tem diversos espaços para a prática da pesca, sendo eles: Tancão, Tanques de Engorda, Caiaque Fishing e tanques do próprio parque. Em todos eles é possível fisgar espécies diferenciadas em meio a uma exuberante paisagem natural, repleta de verde e ar fresco.

Para ter uma experiência ainda mais bacana e aproveitar com calma, hospede-se na Pousada Maeda. A pousada já conta com uma piscina privativa e fica ao lado do Parque Maeda. Há apartamentos e chalés para casais e famílias com banheiro, TV, frigobar e roupas de cama e banho.


(Foto: Divulgação)

SERVIÇO:

WhatsApp: (11) 94303-9767

Telefone: (11) 2118-6200

Endereço: Rodovia Deputado Archimedes Lammoglia, Km 18 – Itu/SP

Decidiu viajar de Cruzeiro pela primeira vez? Descubra 6 dicas essenciais para aproveitá-lo com sucesso

Embarcar em um cruzeiro pela primeira vez é uma experiência emocionante e memorável. Para famílias, um cruzeiro é uma oportunidade única de criar memórias inesquecíveis juntas. Com uma infinidade de atividades adequadas para todas as idades, desde clubes infantis supervisionados até shows familiares e excursões em terra, há algo para todos desfrutarem. Os pais podem relaxar sabendo que seus filhos estão se divertindo com segurança, enquanto desfrutam de momentos preciosos juntos, seja na piscina, em uma aventura em terra ou durante uma emocionante noite de entretenimento a bordo.

Pensando em auxiliar os passageiros que escolheram viver esta experiência pela primeira vez, a Logitravel, empresa especializada em conectar pessoas à seus respectivos destinos através de companhias marítimas, listou 6 dicas essenciais para aqueles que desejam aproveitar seu primeiro cruzeiro.


(Foto: Shutterstock)

Reserve serviços adicionais antes de realizar o cruzeiro: Antes mesmo de zarpar, reserve serviços adicionais como pacotes de bebidas, excursões em terra e tratamentos de spa. Isso não só garante sua vaga, mas também pode resultar em descontos e ofertas especiais.

Leve roupa para diferentes atividades: Os cruzeiros oferecem uma variedade de atividades, desde jantares formais até festas na piscina e excursões em terra. Certifique-se de levar roupas adequadas para cada ocasião, incluindo trajes formais, roupas esportivas e trajes de banho.

Chegue cedo ao Porto e faça seu check-in: Evite contratempos chegando cedo ao porto de embarque e realizando seu check-in com antecedência. Isso permite que você tenha tempo suficiente para passar pelo processo de segurança e embarcar no navio sem pressa.

Explore o navio no primeiro dia: Assim que embarcar, dedique algum tempo para explorar o navio. Familiarize-se com as áreas comuns, como restaurantes, bares, piscinas e espaços de entretenimento. Isso o ajudará a se orientar e aproveitar ao máximo todas as comodidades disponíveis.

Participe das instruções de segurança: Embora possa parecer óbvio, participar das instruções de segurança é fundamental para sua segurança e a de todos a bordo. Preste atenção às orientações da tripulação sobre procedimentos de emergência e localização dos equipamentos de segurança.

Confira o daily program: Todos os dias, o navio oferece um programa com uma variedade de atividades, eventos e entretenimento. Não deixe de conferir o "daily program" para planejar suas atividades e não perder nada do que o cruzeiro tem a oferecer.

Com essas dicas em mente, os passageiros estarão prontos para desfrutar de uma experiência inesquecível em seu primeiro cruzeiro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

TURISMO

Azul anuncia voo direto entre Campinas e Uberaba a partir de agosto

O voo conectará Aeroporto de Viracopos, principal hub da companhia, com uma das principais cidades de Minas Gerais



(Foto: Divulgação)

Para ampliar sua presença em duas cidades com importante relevância econômica regional, a Azul, maior companhia aérea em número de voos e destinos atendidos no Brasil, lançará um nova rota entre Viracopos (SP), principal hub da empresa, e Uberaba (MG). A iniciativa visa fortalecer as ligações regionais e facilitar o acesso entre as duas cidades, permitindo que os moradores possam fazer conexão para todos os destinos nacionais e internacionais operados pela Azul.

Os voos terão início em 07 de agosto e serão operados pela aeronave ATR, com capacidade para 70 Clientes. A rota oferecerá voos diários de ida e volta, garantindo uma frequência consistente para atender às demandas. Os horários programados visam maximizar a conveniência dos viajantes, permitindo uma experiência de viagem tranquila e eficiente. Com a nova ligação, Uberaba passa a contar com voos para os dois maiores hubs da Azul: Viracopos e Confins/MG.

“A nova rota entre Campinas e Uberaba é um reflexo do nosso compromisso em oferecer opções de viagem acessíveis e convenientes para nossos Clientes. Estamos confiantes de que essa iniciativa contribuirá significativamente para fortalecer as conexões regionais e o desenvolvimento local, pois se trata de dois importantes polos econômicos”, avalia Vitor Silva, Gerente Geral de Planejamento e Estratégia da Azul.

A companhia realiza mais de mil voos semanas de/para Viracopos para 62 destinos nacionais e internacionais. Já em Uberaba, a companhia realiza, em média, 14 voos semanais para Belo Horizonte. “Com essa nova conexão, os Clientes terão acesso ao principal hub da Azul, podendo se conectar aos mais de 160 destinos operados pela companhia”, finaliza o executivo.

Veja abaixo os horários e frequências dos novos voos da Azul entre Viracopos (SP) e Uberaba (MG):

Viracopos (VCP) – Uberaba (UBA)
A partir de 7 de agosto de 2024

Origem	Saída	Destino	Chegada	Frequência
Viracopos	23h	Uberaba	0h25	Diário
Uberaba	5h30	Viracopos	06h55	Diário

MERCADOS

Mercado global de suplementos prevê crescimento até 2025



(Foto: Divulgação)

Enquanto o mundo se adapta às mudanças trazidas pela pandemia, os hábitos alimentares dos brasileiros também passam por transformações significativas. Cada vez mais, as pessoas estão buscando formas de fortalecer o sistema imunológico e promover uma vida mais saudável, e os suplementos alimentares têm se destacado como uma opção prática e eficaz para alcançar esses objetivos.Um estudo recente publicado pela Future Market Insights (FMI) aponta que o mercado global de suplementos alimentares deve ultrapassar US$ 252 bilhões (R$ 1,25 trilhão) em 2025. Segundo a estimativa, o setor deve crescer 7,5% no valor de CAGR, Taxa de Crescimento Anual Composta, em um período de dez anos, entre 2015 e 2025.

Por meio deste estudo, nota-se o crescimento e potencial do mercado de suplementos alimentares em escala global. Com essas projeções, evidencia-se uma demanda crescente por fórmulas que promovam saúde e bem-estar, impulsionando a indústria a alcançar cifras significativas nos próximos anos. O aumento esperado, com uma taxa de crescimento anual composta de 7,5% ao longo de uma década, reflete não apenas uma mudança nas preferências do consumidor, mas também uma conscientização cada vez maior sobre a importância da nutrição e do estilo de vida saudável. Este cenário oferece oportunidades tanto para empresas já estabelecidas quanto para novos entrantes, incentivando a inovação e o desenvolvimento de produtos que atendam às necessidades diversificadas de um mercado em constante evolução.

Talles Lauton, bioquímico e co-fundador da Lauton Suplementos, destaca: 'O aumento do consumo de suplementos alimentares reflete a preocupação crescente das pessoas com a saúde e a busca por alternativas para complementar a alimentação de forma adequada'.

Além disso, segundo dados da pesquisa 'O Futuro do Food Service', apresentada pela Fispal Food Service, quase 40% dos consumidores brasileiros estão buscando uma alimentação mais saudável no período pós-pandemia. Esse interesse crescente por uma dieta equilibrada tem impulsionado diretamente o mercado de suplementos alimentares.

Diante desse cenário, é importante ressaltar a importância de uma abordagem consciente ao consumir suplementos alimentares. Consultar um profissional de saúde qualificado pode ajudar a determinar quais suplementos são mais adequados para as necessidades individuais de cada pessoa e garantir que sejam incorporados de forma segura e eficaz em sua rotina. Os suplementos alimentares podem ser uma ferramenta valiosa para promover a saúde e o bem-estar, desde que sejam utilizados de maneira responsável e orientada.

Estudo aponta dados sobre setor imobiliário brasileiro



(Foto: Divulgação)

Segundo os dados apresentados no Relatório de Indicadores Imobiliários Nacionais do quarto trimestre de 2023, elaborado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) com a colaboração da Brain Inteligência Estratégica. Comparando-se o acumulado de lançamentos no setor imobiliário brasileiro de 2023 com o ano anterior, houve uma queda de 11,5%. Este resultado reflete um período de retração no mercado, influenciado por diversos fatores econômicos e sociais, de acordo com o estudo.

Conforme informado na publicação, o quarto trimestre de 2023 registrou 85.470 unidades lançadas, o que representa um aumento de 20,7% em relação ao terceiro trimestre do mesmo ano. No entanto, em uma comparação anual, houve uma redução de 10,9% em relação ao quarto trimestre de 2022. Esta variação reflete a volatilidade do mercado e a cautela dos investidores frente ao cenário econômico incerto.

O relatório aponta dados regionais que mostram discrepâncias entre as diferentes áreas do país. No Norte, por exemplo, houve uma queda de 35,5% nos lançamentos no quarto trimestre de 2023 comparado ao mesmo período de 2022. Já o Sudeste, a maior região em termos de lançamentos, registrou uma leve redução de 0,3% na mesma comparação. Por outro lado, o Nordeste apresentou um crescimento significativo de 29% no mesmo período, indicando uma recuperação pontual no mercado local.

Em relação às vendas, o cenário apresentou ligeiras variações. O quarto trimestre de 2023 contabilizou 82.231 unidades vendidas, uma diminuição de 3,2% em comparação ao terceiro trimestre do mesmo ano, mas um aumento de 1,7% em relação ao quarto trimestre de 2022. O total acumulado de vendas em 2023 foi de 322.851 unidades, uma leve queda de 1,4% em relação ao acumulado de 2022, o que demonstra um mercado relativamente estável, apesar das flutuações trimestrais.

José Antônio Valente, diretor da empresa locadora de equipamentos Trans Obra, afirmou que a expectativa é que o mercado imobiliário brasileiro passe por uma recuperação gradual, sustentada por políticas econômicas que promovam a estabilidade e o crescimento. A inovação tecnológica na construção civil, a adoção de práticas sustentáveis e a digitalização do mercado são tendências que podem fortalecer o setor e atrair novos investimentos. Além disso, o papel das políticas públicas de habitação será crucial para estimular o mercado, especialmente em regiões com maior necessidade de desenvolvimento imobiliário. "Com uma abordagem estratégica e adaptativa, o setor imobiliário brasileiro tem o potencial de se recuperar e prosperar nos próximos anos, contribuindo significativamente para a economia do país".

A oferta final de imóveis também seguiu a tendência de estabilidade com pequenas variações. Conforme os dados, houve um aumento de apenas 0,1% no quarto trimestre de 2023 em comparação ao terceiro trimestre, enquanto na comparação anual houve uma redução de 11%.

Perguntado sobre o assunto, José Antônio afirmou que o mercado imobiliário brasileiro, portanto, encerra 2023 com um balanço de retração nos lançamentos, estabilidade nas vendas e uma ligeira queda na oferta de imóveis, refletindo um ano de ajustes e desafios. "A construção civil pode ser impactada positivamente com a recuperação do setor imobiliário, movimentando toda indústria da construção. A expectativa é que o setor de locação de máquinas e equipamentos se mantenha aquecido e cresça mais. Na nossa unidade de locação de equipamentos em Praia Grande SP, planejamos e projetamos cada passo de acordo com estudos e publicações sobre o setor".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MERCADOS

Mercado de vestuário ultrapassa US$ 1 trilhão em tamanho

(Foto: Divulgação)



Em nível global, o mercado de vestuário é estimado em US$ 1,36 trilhão (R$ 6,87 trilhões, na cotação atual) e deve atingir US$ 1,78 trilhão (R$ 9 trilhões) em 2029. Os dados são de um relatório da empresa de consultoria Mordor Intelligence, que também aponta a Europa como a região mais forte para o setor ? embora o crescimento mais rápido esteja na Ásia.

De acordo com a análise, as vendas on-line tiveram uma grande expansão nos últimos anos. Se antes o cliente precisava ir pessoalmente até uma loja para efetuar a compra, hoje tudo pode ser feito por um celular ou computador.

"A maior exposição à Internet e ao comércio eletrónico entre os consumidores melhorou a consciência da moda e a disponibilidade de marcas de gama alta e produtos de edição limitada. O uso de influenciadores impactou a forma como as empresas comercializam seus produtos", diz o relatório da Mordor Intelligence.

A CEO da Naguirre Shop (empresa especializada na produção e venda de vestuários para todo o Brasil), Nathalia Cercós Aguirre, aponta ainda outras tendências que marcam o momento atual do setor de vestuário.

"Há uma crescente conscientização sobre questões éticas e ambientais na produção de roupas. Além disso, a demanda por conforto e praticidade tem impulsionado o segmento de moda confortável", afirma.

O termo "moda confortável" diz respeito, como o próprio nome sugere, a peças que combinem estilo com conforto. Também chamado de "moda comfy" (abreviação do inglês "comfortable'), o conceito explora tecidos leves e macios, de forma a priorizar o bem-estar de cada indivíduo.

"Com a mudança de prioridades dos consumidores em direção a estilos de vida mais relaxados e flexíveis, a moda confortável está ganhando destaque, oferecendo peças versáteis que podem ser usadas em diversas ocasiões", explica Aguirre.

Segundo a CEO, a pandemia de Covid-19, que fez com que muitos aderissem ao trabalho remoto, levou as pessoas a valorizarem mais o conforto no dia a dia, sem abrir mão de se sentirem bem-vestidas.

Diante dos dados da Mordor Intelligence, Aguirre acredita que a previsão de crescimento do mercado de vestuário em geral "reflete a contínua demanda por novidades e qualidade, bem como o potencial de expansão em mercados emergentes".

Startup brasileira investe em banho automotivo por delivery

(Foto: Divulgação)



O Zé Vip, startup brasileira de banho automotivo delivery, investiu no setor de franquias e já alcançou cinco cidades dos estados do Sudeste e Sul do Brasil. A plataforma participou da feira do empreendedor do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) de 2023 e já confirmou a presença na ABF Franchising 2024, que acontece de 26 a 29 de junho, no Expo Center Norte, em São Paulo (SP).

O Zé Vip, franquia de lava rápido, nasceu em uma aceleradora de startups, depois que um de seus sócios teve a ideia de criar um aplicativo de prestação de serviço delivery, a fim de proporcionar comodidade e praticidade para os usuários. Hoje, a rede de franquias está presente em São Paulo (SP), Sorocaba (SP), Presidente Prudente (SP), Birigui (SP) e Maringá (PR).

Mauricio Shinmi, investidor e CMO do Zé Vip, conta que a ideia para criar a startup partiu do desejo de proporcionar comodidade aos brasileiros na prestação de serviço, "partindo de algo tradicional e implementando a inovação".

"No Zé Vip, todo o controle de agendamento e pagamento do banho automotivo é feito através do aplicativo. O prestador vai até o cliente, independentemente de onde ele estiver, desde que seja possível parar o carro", explica.

Em 2023, mais de 44 milhões de veículos circularam em todo o Brasil, como indicam dados do "Anuário da Indústria Automobilística Brasileira - 2023", realizado pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

"O procedimento é feito de forma prática, focada na qualidade e na agilidade do tempo, fazendo com que uma limpeza completa seja feita de forma rápida", pontua Shinmi. "Além disso, não é preciso utilizar a água e a energia do local, pois o prestador do Zé Vip já leva tudo", complementa.

Além disso, ainda segundo o investidor, todos os equipamentos funcionam com bateria. "O prestador de serviços também leva o reservatório de água, que gasta em média de 30 a 40 litros de água por banho. O negócio é ecossustentável, já que um lava-jato convencional gasta em torno de 250 litros por carro", destaca.

Aliás, a maioria (81%) dos brasileiros estão muito preocupados com a escassez de água potável, conforme indicativos do levantamento "GlobeScan Radar Survey", que entrevistou 30 mil indivíduos em 17 países pela GlobeScan, em parceria com a Circle of Blue e o WWF. Enquanto isso, a média mundial é de apenas 58%.

Shinmi ressalta que a plataforma Zé Vip tem como objetivo facilitar o dia a dia do usuário, que pode, por exemplo, estar em uma reunião, no salão ou fazendo qualquer outra coisa durante o banho automotivo, uma vez que cabe ao prestador não apenas se deslocar, como levar os equipamentos necessários e realizar o procedimento.

De acordo com o CMO do Zé Vip, entre as principais expectativas para o futuro a curto prazo, a startup planeja expandir a franquia para mais quinze cidades do país. "Para médio prazo, o Zé Vip pretende conquistar um espaço em todas as capitais do Brasil", afirma.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676